

filantropia[®]

Voluntariado & Terceiro Setor

Como montar uma ONG

Um manual passo-a-passo
para tirar projetos do papel

Dez anos da LOAS

Lei Orgânica da Assistência
Social ainda não é
realidade para todos

Especial Teia Social

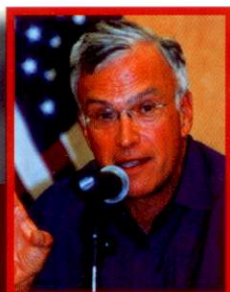
Segunda matéria da
série aborda papel social
das empresas

Direitos e deveres do voluntário

O que se deve saber ao
aderir a uma entidade

Financiadoras de um MUNDO MELHOR

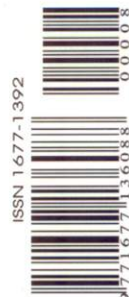
Projetos transformam-se em realidade
com apoio de agências nacionais e
internacionais



Entrevista

Lester Salamon

*O consagrado pesquisador americano fala do
Terceiro Setor no Brasil e elogia Fome Zero*



Se a sua entidade precisa

- ✓ Renovar o **CEAS**
(Certificado de Filantropia) em 2003
- ✓ Gestão de **Gratuidades**
- ✓ Credibilidade e Transparência para a Captação e Manutenção de Recursos
- ✓ **Auditoria Independente**
- ✓ Apoio Permanente ao Gestor
- ✓ Desenvolvimento dos Controles Internos
- ✓ Desenvolvimento do **Balanço Social**
- ✓ Segurança e Tranquilidade da **Gestão** frente às novas **normas legais**.
- ✓ Profissionais com
larga experiência junto
às Filantrópicas e o 3º Setor



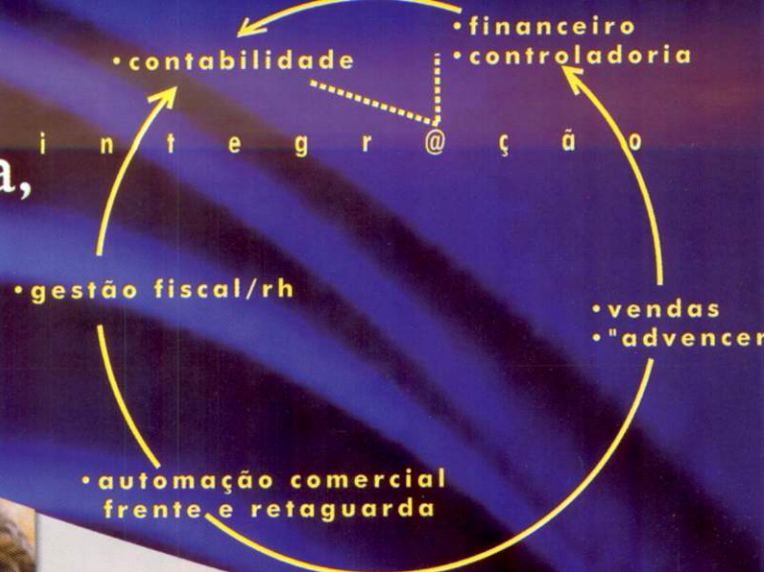
Sua entidade pode contar com a
AUDITUS

**Consultoria &
Auditoria Independente**

WWW.
auditus
.com.br

Fone
(11) 3661-9933

A **Asplan** é a solução especializada para a gestão de sua empresa, quer ela tenha fins lucrativos ou **sociais**.



Use a solução de quem é especializado no **Terceiro setor**

Alguns de nossos clientes

- Fundação Abrinq*
- Fundação Bial*
- Instituto Ethos*
- Ibracon – SP*
- Sindcont – SP*
- Sinfar*
- Simpi*

SISTEMAS DE GESTÃO INTEGRADOS E MODULARES

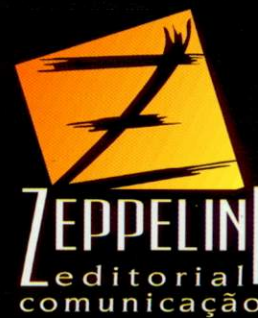
asplan
SOFTWARE DE GESTÃO
CORPORATIVA E CONTÁBIL

www.asplan.com.br
comercial@asplan.com.br
tel || 5081-9800
fax || 5081-9804
rua loefgreen 1365
04040-031
são paulo • sp

Qualidade total na produção de revistas, informativos e livros

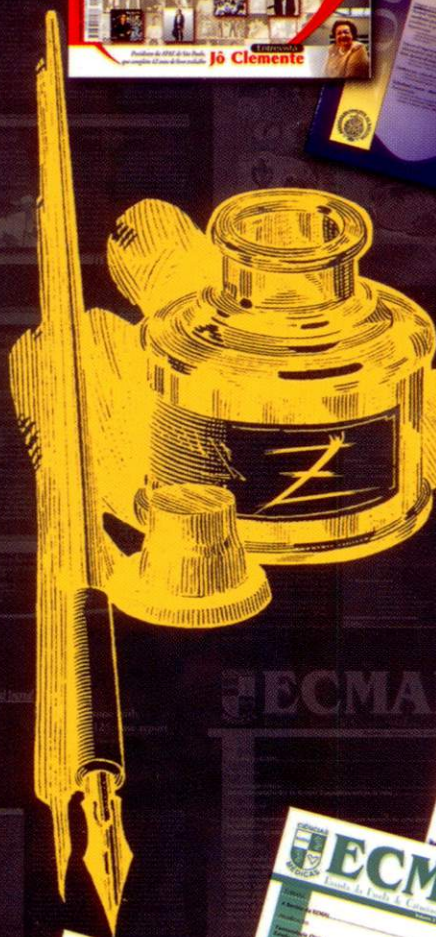
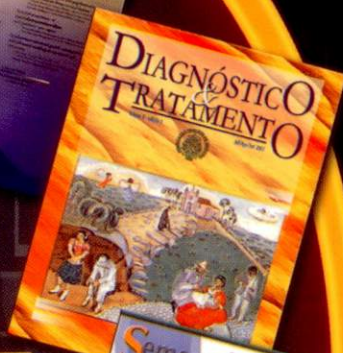
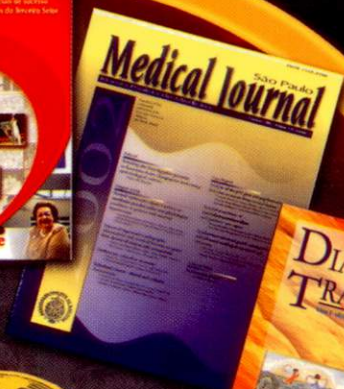
Produção editorial customizada de
acordo com sua necessidade:
redação, revisão, diagramação,
impressão e distribuição.

- revistas
- livros
- balanços sociais
- jornais
- informativos
- newsletters
- catálogos



Informações:
(11) 6978-6686

zeppelini@zeppelini.com.br
www.zeppelini.com.br



“Meu interesse é no futuro, porque é lá que passarei o resto da minha vida.”

(Charles F. Kettering)



A magia da captação de recursos

Nossa revista vem se transformando num palco de intercâmbio entre aquele que precisa de assistência e aquele que pode assistir. Porém, temos notado, em muitas cartas enviadas à **Revista Filantropia**, que a velocidade da aproximação entre os atores sociais ainda esbarra em obstáculos que torna moroso o processo do estreitamento.

O vilão da marcha lenta da solidariedade, segundo parte de nossos leitores, é sempre o projeto social, traduzindo sempre uma incógnita: como iniciá-lo, construí-lo e divulgá-lo, visando granjear recursos.

Não há mito nem segredo, a entidade beneficente é o próprio projeto social, pois dela: (1) se extrai a sua apresentação; (2) identifica a figura de seus dirigentes; (3) a vocação social eleita; (4) classifica quem são os beneficiários da obra; (5) indica o volume de recursos indispensáveis à sobrevivência da obra; e (6) demonstra suas necessidades para atender aos seus fins.

Neste diapasão, basta edificar uma entidade social para construir concomitantemente um projeto, porém, para que ele possa ser acreditado, não basta técnicas de marketing para difundir-lo, mas sim a mudança na abordagem ao doador.

O doador, antes de acreditar no projeto social revestido, em regra, por fartas brochuras ilustradas, quer conhecer a instituição e saber seu papel no cenário de desenvolvimento humano.

É comum recebermos ligações, geralmente na hora da novela global *Mulheres Apaixonadas*, de empresas de telemarketing, contratadas por certas entidades sociais, para tentar nos persuadir a promoção social por meio de doações. Por melhor que seja o apelo, ele já se tornou odioso, uma vez que interrompeu o prospect da doação, a testemunhar na TV, a vida como ela é, através da morte da personagem Fernanda, em pleno Leblon.

O projeto social idôneo é aquele que não incomoda nem atrapalha. Não padece de rogação, nem tampouco de esmolas, que não está refém da construção de mirabolantes brochuras ilustradas, mas sim aquele que possui um grande potencial de atrair, para a sua família de voluntários, homens de boa índole que não vislumbra a promoção pessoal em detrimento da social.

A captação de recursos frente às agências financiadoras, objeto da matéria de capa desta edição, não é diferente, pois devemos, primeiro, persuadir os financiadores por meio de uma bandeira de um bom projeto e mostrar que o aporte financeiro perseguido não tutelará descamisados, mas contribuirá para erradicar um sério problema social, convidando-os para, antes de mais nada, conhecer os ideais, ainda que por meio dos recursos derivados da internet, o que certamente viabilizará com mais eficácia a classificação do projeto entre aqueles suscetíveis de socorro.

Enfim, nós da **Revista Filantropia**, arriscamo-nos a discursar que antes da instituição social pedir é muito melhor convidar aquele que pode doar, a dela participar.

Boa Leitura!

• Marcos Biasioli
Diretor Técnico



Nosso soldado da paz

Momentos depois das dezesseis badaladas do dia 19 de agosto, um homem tentava fazer algumas ligações pelo seu telefone celular buscando socorro. Em Bagdá, soterrado em escombros resultantes de uma ação terrorista ao prédio da ONU, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello não resistiu aos ferimentos e morreu em uma missão de paz, antes mesmo de o resgate chegar.

O chefe da representação da ONU no Iraque pós-guerra havia falado poucas horas antes com o líder mundial da organização e amigo pessoal, Kofi Annan, a quem transmitiu confiança e otimismo em mais uma missão em que ele liderava.

Nascido no Rio de Janeiro, Sérgio era um cidadão do mundo. Diga-se de passagem, um cidadão da paz ou, ainda, um “soldado da paz”. Um soldado que militava em prol das alianças diplomáticas, adepto da conversa em busca de resoluções pacíficas, um ouvinte atento e um conciliador nato. Foi assim que ele trilhou seus 34 anos de trabalho na ONU que, entre outras missões, ajudou o Líbano, a Ruanda e o Kosovo, na antiga Iugoslávia. Foi com todo esse jogo de cintura típico de sua personalidade que reconstruiu um país do zero – o Timor Leste, em 1999, negociando com os líderes locais e acabando com a intransigência da Indonésia.

Dito por Joaquim Osório Estrada, “se ergues da Justiça a clava forte, verás que um filho teu não foge à luta”, Vieira de Mello levou a estrofe à risca, mas foi além: atravessou as fronteiras do impávido colosso, arregaçando as mangas para o mundo – e lutando por sua paz nos quatro cantos do planeta.

Após seu sepultamento, chegou a ser indicado ao Prêmio Nobel da Paz, mas a nomeação ficou impedida por ser póstuma. Nomeado ou não, seis bilhões de terráqueos agradecem sua estada conosco, pelas grandes conquistas que a humanidade alcançou resultantes da sua diplomacia e por sua “fome de paz”.

Nossa pomba branca levantou vôo na Cidade Maravilhosa, sobrevoou toda a órbita terrestre e deitou em seu leito de morte no Oriente Médio. Orgulhamo-nos de saber que essa pomba era tupiniquim e que demais representantes da ONU e outras organizações pró-paz seguirão seus passos por muito tempo.

Sérgio, descanse agora da forma que você sonhou um dia ver o mundo: em paz!

• Marcio Zeppelini
Editor

Acontece

Seis anos da Associação Viva e Deixe Viver

Para comemorar seis anos de trabalho desenvolvido com crianças hospitalizadas, a associação realizou uma festa a fim de captar fundos para suas ações, como a formação de contadores e criadores de histórias. No momento, a entidade atua em 18 locais, em especial hospitais, visando transformar a internação da criança e a vivência em casas de apoio em situações mais agradáveis e alegres.



V Conferência Nacional 2003 do Instituto Ethos

Maior evento anual da organização, a conferência reuniu cerca de 650 empresários e executivos representantes de entidades em torno do tema "Ética e Desenvolvimento Social". Na ocasião, Oded Grajew, assessor especial do presidente da República, defendeu a responsabilidade social como meio de transformação da sociedade. Segundo ele, "o Brasil só irá avançar na medida em que as empresas usarem mais seu poder de transformação e participarem ativamente da democracia". Já o presidente do Conselho do AccountAbility (*Institute of Social and Ethical Accountability*) de Londres, Tom Delfgaauw destacou que, fundamentalmente, a responsabilidade social é papel exercido pelos negócios na sociedade. Para ele, os procedimentos éticos nas empresas e o crescimento sustentável são a maneira mais consistente e responsável de se obter sucesso nos negócios. O evento ainda contou com sessões plenárias, mesas redondas e desenvolvimento de oficinas de formação, nas quais foram discutidos temas relativos ao papel da responsabilidade social na promoção do progresso econômico e social; a ética e valores nas empresas; planos estruturados de escolha de projetos sociais e a responsabilidade social na construção da marca, entre outros.

Rádio cidadã

Desde sua implantação em 1985, a 89FM, desenvolve programas, promoções e campanhas que incentivam o exercício da cidadania, a conquista da saúde, o lazer saudável e o esporte. Tal postura faz parte da missão da emissora que, em dezembro, completará 18 anos no ar. Com o intuito de ampliar a atuação social, a rádio implantou, no primeiro semestre de 2003, um departamento para criar e desenvolver iniciativas especiais em sintonia com as novas necessidades de comunicação das empresas que investem em projetos sociais. Uma delas é o Projeto Rock Cidadania, que promove shows em parceria com as principais ONGs de São Paulo e a Prefeitura da cidade, um exemplo de ações produzidas pelo novo departamento de Assuntos Corporativos. Por meio dessa estrutura, a 89FM tem a capacidade de gerar projetos específicos de acordo com o foco de atuação social dos clientes nas áreas de educação, meio ambiente, esporte e protagonismo juvenil.



89,1 Mhz

www.89fm.com.br

Fundada ONG Apoio Fome Zero

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a primeira-dama Marisa Letícia Lula da Silva participaram, em São Paulo, da noite de lançamento da Associação de Apoio a Políticas de Segurança Alimentar – Apoio Fome Zero. A entidade, criada pelos maiores empresários do País, pretende estimular ações de combate à fome desenvolvidas pelo Governo Federal. Em discurso emocionado, Antoninho Marmo Trevisan (esquerda), organizador da associação, lembrou de quando fez os primeiros contatos com empresários brasileiros, para estimular a adesão a essa causa. A iniciativa reúne cerca de 100 associados, entre pessoas físicas e jurídicas, e tem como missão "oferecer o que as empresas têm de melhor – capilaridade em todo o território nacional, capacidade logística, operacional e de gerenciamento", com o objetivo de ajudar no desenvolvimento de programas para geração de emprego, educação, saúde e segurança alimentar. Por enquanto, a ONG não dispõe de site próprio, mas suas ações podem ser conferidas no site oficial do Programa Fome Zero.

 www.fomezero.org.br



Workshop de captação de recursos e marketing social

Promovido pela Dearo Captação de Recursos e Marketing Social, foi realizado, em São Paulo, workshop com cerca de 35 participantes do Rio de Janeiro, Parati, Baixada Santista, Campinas e da Grande São Paulo. Na ocasião, cinco trabalhos desenvolvidos durante o curso foram submetidos à comissão julgadora. O primeiro colocado, o projeto Jardim na Infância, recebeu R\$ 1.500 para a implementação de unidade de ensino destinada a jovens, com o objetivo de formar agentes influenciadores de mudança de comportamento familiar sobre a proteção ambiental na região sul de São Paulo. O II Workshop, que acontece no segundo semestre de 2003, já está recebendo inscrições.



www.dearo.com.br

ONG recebe automóvel como incentivo a projeto itinerante

A Hertz Rent-a-Car, ao terceirizar sua área de responsabilidade social, ofereceu a ONG Parceiros da Vida um carro Ford EcoSport para o Projeto Caminhos Responsáveis – criado pela entidade e apoiado pela corporação. O projeto busca disseminar o conceito da Responsabilidade Social Empresarial, facilitando o acesso às práticas e políticas de cidadania corporativa principalmente por empresas de pequeno e médio porte, além de escolas, universidades e demais organizações do País que se interessem pelo movimento.



Planejamento legal e contábil das gratuidades da Entidade Beneficente

Diversas entidades filantrópicas participaram do Curso de Planejamento Legal e Contábil das Gratuidades da Entidade Beneficente. O curso realizado no mês de agosto, em São Paulo, teve como objetivo auxiliar as entidades sem fins lucrativos a conquistar e manter o certificado de filantropia.



Pesquisa sobre abrigos do IPEA

Milhares de crianças e adolescentes crescem em abrigos privados do convívio familiar, sem ter acesso, muitas vezes, aos direitos básicos de cidadania. No entanto, não há dados precisos sobre quantos abrigos existem no País, o número de abrigados, nem sobre a adequação das ações dessas instituições junto ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para responder a essas questões, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), está realizando o "Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes". A pesquisa está sendo feita inicialmente com 660 instituições e programas de abrigos em todo o Brasil, que recebem recursos para a manutenção do Ministério da Assistência e Promoção Social.

Ethos promove encontro com Lester Brown

Com o apoio do EPI (Earth Policy Institute) e da Universidade Livre da Mata Atlântica (UMA), o cientista Lester Brown esteve no Brasil para lançar a versão digital de seu novo livro "Eco-Economia – Uma nova economia para a Terra", best-seller na Europa, EUA e Japão. Brown é autor de diversas obras, além de fundador do WWI – Worldwatch Institute, instituto privado de pesquisa destinado à análise das questões ambientais globais.

Fórum de Responsabilidade Social em Natal/RN

Em sua 10ª edição, o Fórum de Responsabilidade Social, promovido pelo Natal Voluntários em parceria com a Fiem e o Sebrae, teve a presença do teólogo Leonardo Boff. O palestrante abordou ética, valores e sustentabilidade nas relações empresariais com a sociedade.

Seminário de Filantropia e Gestão

Promovido pela Tiellet, Schmitt & Associados (TS&A), o seminário comemora mais de dez anos consecutivos de encontros dedicados exclusivamente à filantropia. Sediado na APOT de Campinas, contou com a presença de mais de 100 representantes de entidades filantrópicas de vários estados. O conteúdo das palestras pode ser conferido pelo site www.tsa.com.br.

Semana Nacional do Excepcional

Com o objetivo de comemorar a Semana do Excepcional, o Instituto APAE, em parceria com a UNIFESP, realizou o II Encontro de Estudos do Desenvolvimento Humano em Condições Especiais. A meta foi proporcionar a troca de experiências sobre as estratégias de prevenção de deficiências e sobre a intervenção precoce nos transtornos de desenvolvimento na primeira infância.

Responsabilidade Social no Varejo

A inovação no varejo e o foco no empregado como peça-chave para o sucesso do negócio foram os principais temas discutidos no Fórum de Tendências e Responsabilidade Social no Varejo Baixada Santista, em Santos/SP. A realização é da Philip Morris Brasil e da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), em parceria com entidades e empresas representativas do varejo na região.

Eventos da Amcham SP

A Câmara Americana de Comércio de São Paulo realizou eventos sobre cidadania no final de agosto. O V Seminário de Cidadania "Estratégia Social em Educação: o Papel das Empresas", com a participação de Bernardo Toro, sociólogo colombiano conhecido por suas análises e reflexões que não seguem padrões tradicionais, foi sobre a educação na América Latina, enfatizando o papel da comunicação e da mídia para o desenvolvimento da democracia. Também aconteceu a entrega do Prêmio ECO 2003, contando com a presença do escritor e poeta Ariano Suassuna. Criado pela Amcham SP em 1982, o Prêmio ECO (Empresa-Comunidade) estimula uma transformação profunda nas relações entre empresas, Estado e sociedade civil.

Acontece

II Seminário Internacional do Terceiro Setor

O Senac São Paulo, em parceria com o Consulado Geral dos Estados Unidos, a Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças (ABDL) e a Johns Hopkins University, realizou o II Seminário Internacional do Terceiro Setor – Parcerias e Alianças: Pontes para a Inclusão Social. O evento reuniu representantes das mais importantes organizações não-governamentais do Brasil, como a ex-primeira-dama Ruth Cardoso (presidente da ONG Comunitas), Leo Voigt (superintendente-executivo da Fundação Abrinq), Paulo Itacarambi (diretor-executivo do Instituto Ethos), Frei Betto (assessor especial da presidência da República), entre outros. Além dos brasileiros, o seminário também contou com diversas representações de ONGs estrangeiras, de países como Turquia, Quênia, Itália, Rússia e Estados Unidos.



Congresso discute a situação da saúde no País

Dirigentes de santas casas e hospitais filantrópicos e presidentes das federações de todo o País participaram, em Brasília, do XIII Congresso Nacional de Santas Casas e Hospitais Filantrópicos promovido pela Confederação da entidade (CMB).

Na abertura do evento, o ministro da Saúde, Humberto Costa, anunciou o reajuste emergencial na Tabela de Procedimentos de Média Complexidade do Sistema Único de Saúde (SUS). O ministério concedeu reajustes a 285 procedimentos hospitalares com valores de até R\$ 306. Na área de internação, os valores das diárias hospitalares subiram em média 37%; os serviços profissionais em 10,05% e os serviços auxiliares de Diagnóstico Terapêutico em 10%. O impacto mensal desses aumentos será de R\$ 22,19 milhões.

Segundo o ministério, serão adequados também os preços dos procedimentos e exames ambulatoriais mais defasados e que causam maior dificuldade de acesso à população. A iniciativa se justifica pelo fato de estados e municípios serem obrigados atualmente a complementar os valores.

Presente também no evento, o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, abriu os trabalhos com a palestra "A reforma da previdência e a isenção da cota patronal". "Esperamos que, até o final desse governo, nenhuma entidade filantrópica deixe de prestar 60% de seu atendimento para os pacientes do SUS, já que isso é um pressuposto para se obter a renúncia tributária e fiscal", enfatizou Berzoini.



Feira Balanço Social

O evento que ocorreu em São Paulo, promovido pelo Rotary Club, teve a preocupação de dar maior visibilidade às organizações que exercem a responsabilidade social e que contribuem para a melhoria da qualidade de vida de grupos sociais específicos e da sociedade como um todo. Além disso, favoreceu o intercâmbio de projetos e incentivou os investimentos em áreas desassistidas. Dentre a série de palestras, um dos destaques foi a que abordou a Comunicação como tema, com a presença dos jornalistas Heródoto Barbeiro (Rádio CBN e TV Cultura), Gilberto Nascimento (assessor do Programa Fome Zero), José Rabelo Neto (Portal Setor 3, do Senac) e Rosenildo Ferreira (Istoé Dinheiro), contando ainda com as publicitárias Christina Carvalho Pinto (Grupo Full Jazz) e Nádia Rebouças (Rebouças e Associados/RJ).



Aliança fortalece os conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente

Empresas, prefeituras e o Terceiro Setor se unem, canalizando forças e competências a fim de alcançar a eficiência necessária para a formulação de políticas públicas beneficiadoras de crianças e adolescentes. A ação tem a iniciativa da Associação dos Alunos e Ex-Alunos dos MBAs da USP e do Centro de Empreendedorismo Social e Administração do Terceiro Setor, e será composta pelo Banco Real, Fundação Orsa, Instituto Camargo Corrêa, Instituto C&A, Instituto Embraer, Petrobrás e SACIE (Sociedade Alphaville – Centro Industrial e Empresarial). A implantação do projeto está prevista, em sua primeira fase, para quatro municípios do Estado de São Paulo, o que resultará na mobilização de pelo menos 100 executivos voluntários. A primeira cidade é Barueri, que já conta com o envolvimento de 20 conselheiros, cuja capacitação será feita por 30 voluntários. O próximo município contemplado será São José dos Campos.

Hélio Mattar deixa a Presidência da Abrinq

Em nota enviada à imprensa, Hélio Mattar comunicou sua decisão de deixar a presidência da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, cargo que exerce voluntariamente há três anos. "Frente às diversas atividades em que estou envolvido, como a presidência do Instituto Akatu pelo Consumo Consciente, trabalhos como consultor empresarial e como membro de diversos conselhos de companhias e de entidades do Terceiro Setor, optei por deixar meu voluntariado na instituição, onde o ofício está mais estruturado e na qual é possível fazer uma transição suave da gestão, sem qualquer problema de continuidade", disse. Segundo os termos do Estatuto da Fundação Abrinq, Rubens Naves, vice-presidente da diretoria há três anos, assume o cargo de diretor-presidente. Rubens Naves colabora voluntariamente com a Fundação Abrinq desde 1995, inclusive como conselheiro.



www.fundabrinq.org.br

Campanha Megajuda 2003

O Comitê para Democratização da Informática (CDI) e a Câmara Americana de Comércio de São Paulo (Amcham SP) realizaram a quarta edição da Campanha Megajuda de arrecadação de microcomputadores. A Megajuda é a maior campanha desse gênero na América Latina e mobiliza pessoas físicas e jurídicas a participar da causa da inclusão social de comunidades de baixa renda por meio da democratização da informática e de apropriação empreendedora das novas tecnologias de informação e comunicação.

Nas três edições anteriores, a Campanha Megajuda conseguiu cerca de 5,4 mil máquinas, que foram encaminhadas a centenas de escolas de informática e cidadania em todo o País. A meta da edição 2003 é arrecadar aproximadamente 2,8 mil computadores. Estima-se que, com 50% de aproveitamento, a Megajuda 2003 beneficie cerca de 84 mil jovens de comunidades carentes.



www.megajuda.org.br

Banco de Investimento Social da Fundação Semeiar

Padrinho Legal e Seja Voluntário são os dois novos serviços do Banco de Investimento Social da Fundação Semeiar, que foram lançados durante o Salão Gaúcho de Responsabilidade Social, em Novo Hamburgo/RS. O primeiro busca mobilizar pessoas e empresas para a melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes provenientes de famílias de baixa renda. Por meio de uma contribuição mensal, cada Padrinho Legal possibilita que uma criança ou adolescente possa ter atendimento de qualidade em organizações sociais aptas a oferecer educação e desenvolvimento saudável. A Fundação Semeiar seleciona as organizações utilizando rigorosos critérios de competência e idoneidade. Já o Seja Voluntário serve de apoio às associações da sociedade civil e a projetos da comunidade. É um espaço de divulgação das demandas existentes nas organizações para a ação voluntária de pessoas e grupos que desejam disponibilizar parte do seu tempo em favor de causas comunitárias. Esse serviço, totalmente virtual, opera de modo a ordenar o trabalho voluntário no estado, mobilizando potenciais e os direcionando para ações organizadas. O Banco de Investimento Social da Fundação Semeiar é um programa que busca oferecer às empresas, agências de financiamento e potenciais investidores na área social, oportunidades concretas de participação em ações que levem ao fortalecimento do exercício da cidadania.



www.fundacaoosemiar.org.br

Tel. (51) 594-4044

Nova presidente do CNAS

A nova presidente do CNAS, Valdete de Barros Martins, acaba de tomar posse como sucessora de Antônio Brito, que deixou o cargo em agosto. Em entrevista exclusiva à *Revista Filantropia*, ela fala de seus planos para o Conselho Nacional de Assistência Social.



Quais são suas propostas para o CNAS? Quais os maiores desafios?

Ao assumir a direção do CNAS, conjuntamente com o conselheiro Carlos Ajur, procurarei dar continuidade às deliberações já realizadas pelo CNAS, na perspectiva de consolidar efetivamente a Política de Assistência Social como componente da Seguridade Social. Por outro lado, destaco a necessidade de aprofundar o debate sobre algumas questões importantes no processo de reconhecimento da Assistência Social como política pública estratégica no enfrentamento da pobreza e exclusão social no Brasil. Os desafios são inúmeros e passam pela necessidade de garantir condições operacionais, técnicas e políticas no sentido de o CNAS cumprir seu papel, não só em qualificar a questão da gratuidade, como também responder ao pela co-gestão da Assistência Social.

Com a transferência da palavra final sobre as certificações do CNAS para o Ministério da Previdência, como ficará o papel do CNAS?

O CNAS, ao conceder o certificado, possibilita à instituição solicitar a isenção da cota patronal, desde que proceda a realização de atendimento gratuito aos segmentos destinatários da Política de Assistência Social.

A Previdência Social deve proceder com rigor o cumprimento relativo ao percentual de gratuidade, por parte da instituição, pois falamos de recursos públicos e o tratamento dado ao dinheiro público deve ter critérios, regras, prestação de contas, já que o objetivo é contribuir e cumprir com a concretização das ações sociais.

O que de fato houve foi a transferência, ao Ministro da Previdência Social o mérito quanto a decisão do CNAS na concessão do Certificado. Acredito que ocorreu sobreposição de papéis, pois tal responsabilidade deveria continuar com a Ministra da Assistência Social, Benedita da Silva.

Como evitar o funcionamento de entidade "pilantrópica"? Há propostas sobre a fiscalização que é feita hoje?

Essa questão tem, como fundo, um longo processo de clientelismo na política social brasileira. É preciso esclarecer que filantropia é diferente de assistência social: filantropia é equivalente à caridade que não pode ser feita com dinheiro público. Quando falamos de política pública, nos referimos a uma prestação de serviço dirigida ao cidadão. Então é importante existir regras claras, critérios, qualificar que medidas e ações as instituições podem realizar para receber a isenção de impostos. É preciso estabelecer um diálogo moderno, transparente e responsável para que governo, instituições e conselhos possam, de forma democrática, ter acesso à isenção da contribuição e à seguridade social, mediante o enquadramento na condição de Entidade Beneficente de Assistência Social, das entidades de Assistência Social, de Educação e de Saúde, conforme o art. 195 da Constituição Federal.

Um dos maiores pesquisadores do Terceiro Setor, o americano Lester Salamon fala dos desafios que o social enfrenta atualmente

Lester Salamon

Catedrático da Universidade Johns Hopkins (EUA) e diretor do Centro de Estudos da Sociedade Civil da academia, Lester Salamon já foi diretor do Centro de Pesquisa em Administração do Instituto Urbano de Washington D.C. e diretor do Departamento de Administração e Receita Federal Americana.

Um dos pioneiros no estudo do Terceiro Setor, Lester Salamon esteve no Brasil para o II Seminário Internacional do Terceiro Setor, promovido pelo Senac São Paulo em parceria com a Universidade Johns Hopkins, o Consulado Geral dos Estados Unidos em São Paulo e a Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças. É autor, entre diversas obras, de *American's Nonprofit Sector*, considerada a "bíblia do Terceiro Setor" nas universidades americanas.

Em entrevista para a **Revista Filantropia**, Salamon fala sobre os desafios do Terceiro Setor e compara o cenário entre a América e o Brasil. Também parabeniza iniciativas como a do Programa Fome Zero e a criação da ONG Apoio Fome Zero, formada pelos maiores empresários brasileiros. No entanto, ressalta a necessidade das parcerias entre governo, sociedade e empresas para o êxito do projeto. "O Fome Zero tem a capacidade de mobilizar novas energias para solucionar os problemas sociais. Só irá funcionar, porém, se operar com muito espaço para a iniciativa local e com significantes funções para autores não-governamentais", diz.

Revista Filantropia: Quais são os maiores desafios para o Terceiro Setor hoje?

Lester Salamon: Atualmente, o Terceiro Setor encara cinco grandes desafios: primeiro, o de legitimidade, de conquistar reconhecimento e aceitação pública e de adquirir o meio de suporte legal exigido para operar; segundo, o de sustentabilidade, de fontes identificadoras de rendimento que possam prolongar o funcionamento das organizações; terceiro, o de efetividade, ou de criar a competência para cumprir importantes responsabilidades; quarto, o de parceria, de encontrar formas de cooperação com outras organizações do Terceiro Setor, o governo e as empresas privadas; e quinto, o de justiça, ou de se manterem fiéis em suas missões enquanto sobrevivem como organizações e desenvolvem capacidade organizacional.

"O Terceiro Setor no Brasil é mais ativo e vibrante que nos EUA, apesar de ser menor e menos desenvolvido"

“O programa [Fome Zero] tem a capacidade de mobilizar novas energias para solucionar os problemas sociais. Só irá funcionar, porém, se operar numa base de parcerias”

Revista Filantropia: *Qual é a responsabilidade de parcerias intersetoriais entre governo, sociedade civil e empresas para a melhoria das condições sociais de um país?*

Lester Salamon: Estamos na era do que eu chamo, em um recente livro, “o novo governo”. A característica central dessa nova era é a compreensão de que os maiores problemas públicos não podem efetivamente ser resolvidos por um único setor. Parcerias intersetoriais são, portanto, a onda do futuro. Estamos criando um tipo diferente de situação e uma forma diferenciada de lidar com problemas públicos. Isso irá exigir nova preparação para funcionários públicos, assim como novos meios de operação para instituições filantrópicas.

Revista Filantropia: *No Brasil, um tema que ultimamente tem sido discutido é a ética dentro das empresas e instituições sem fins lucrativos. Qual sua opinião sobre a ética no Terceiro Setor?*

Lester Salamon: Há uma necessidade muito forte para organizações do Terceiro Setor de não apenas trabalharem de maneira ética, mas de serem capazes de demonstrar que operam eticamente. Entidades do Terceiro Setor não podem mais contar com a confiança do público como garantida. Como outras organizações, elas devem merecê-la continuamente. Isso requer transparência e franqueza, assim como maior participação em sua administração.

Revista Filantropia: *Atualmente, algumas fundações e institutos de empresas já estão publicando seu balanço social, embora isso ainda não seja uma solicitação legal no Brasil.*

Lester Salamon: Esse é um caminho útil para destacar as responsabilidades sociais das corporações e para continuar a pressioná-las a fim de que operem de um modo socialmente responsável. Muitas companhias perceberam isso por si próprias, mas sempre haverá aquelas que precisam de encorajamento.

Revista Filantropia: *Como o senhor compara o cenário do Terceiro Setor nos EUA e no Brasil?*

Lester Salamon: O Terceiro Setor no Brasil é mais ativo e vibrante que nos EUA, apesar de ser menor e menos desenvolvido. Além disso, a extensão do suporte governamental para organizações do Terceiro Setor é muito maior nos EUA, o que ajuda a explicar porque nosso Terceiro Setor é tão mais adiantado.

Revista Filantropia: *Em que aspectos os EUA podem servir de exemplo para o Terceiro Setor brasileiro?*

Lester Salamon: O exemplo mais importante seria enfatizar o valor de se formar uma aliança cooperativa entre o Terceiro Setor e o Estado, além da compreensão de que é possível obter tal suporte sem se render à função de defensor do Terceiro Setor.

Revista Filantropia: *De onde vêm os recursos de entidades americanas?*

Lester Salamon: As fontes mais importantes são as taxas de serviço e os encargos financeiros (51%), seguidos pelo governo (37%). A caridade responde por somente 12% de toda a renda. Embora as doações particulares sejam a maior parte desses 12%, elas não são a maior parte do rendimento das instituições sem fins lucrativos. Ainda assim, o Brasil faria bem ao encorajar esse tipo de doação. Nos EUA, sofisticadas técnicas de captação de recursos foram desenvolvidas para esse fim, havendo aí notável quantia de esforços.

Revista Filantropia: *Qual a opinião do senhor a respeito do principal programa social do governo brasileiro, Fome Zero?*

Lester Salamon: É uma iniciativa ousada e criativa. O programa tem a capacidade de mobilizar novas energias para solucionar os problemas sociais. Só irá funcionar, porém, se operar numa base de parcerias, com muito espaço para a iniciativa local e com significantes

“...os maiores problemas públicos não podem efetivamente ser resolvidos por um único setor. Parcerias intersetoriais são, portanto, a onda do futuro”





funções para autores não-governamentais, não somente na execução de pré-projetos, mas também no planejamento e nos estágios de idealização.

Revista Filantropia: *O senhor conhece outros programas como o Fome Zero em outra parte do mundo?*

Lester Salamon: Os Estados Unidos iniciaram seu próprio Combate à Pobreza em 1964, sob a presidência de Lyndon Johnson. Teve significativo progresso, entretanto, no final das contas, atolou em batalhas políticas por poder.

Revista Filantropia: *O que o senhor acha da proposta do presidente Lula de criar um fundo internacional para a luta contra a fome no mundo todo, que poderia ser proporcional ao investimento armamentista?*

Lester Salamon: Concordo que segurança não tem como ser medida meramente por termos militares. Na verdade, a necessidade por equipamento militar poderia ser diminuída se as frustrações e hostilidades resultantes da pobreza e do desespero fossem também reduzidas. A proposta

do presidente Lula, então, seria um bom investimento para os países. Contudo, será provavelmente difícil convencer as pessoas disso.

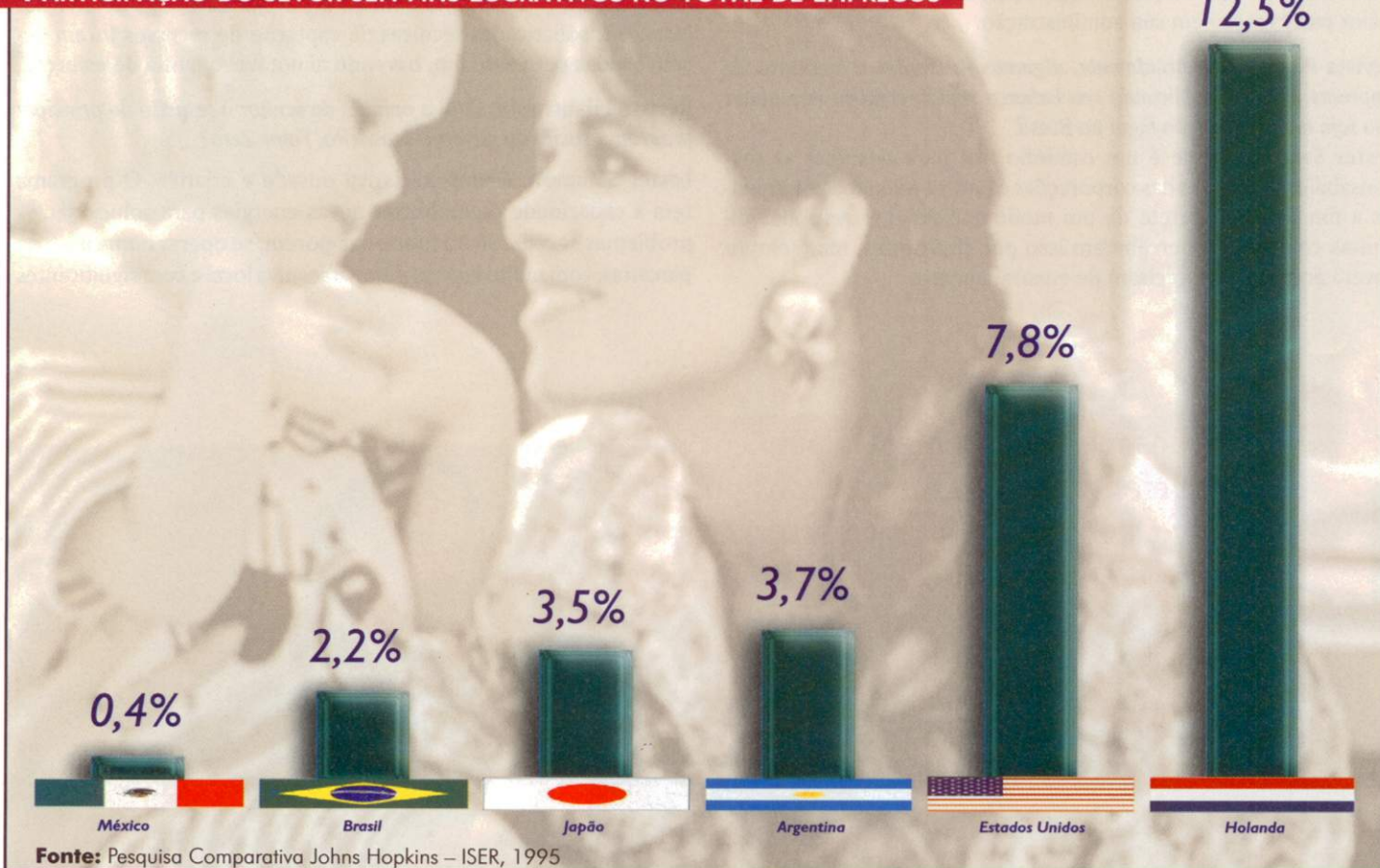
Revista Filantropia: *Nações como os EUA estão preparadas para essa conscientização?*

Lester Salamon: Os Estados Unidos têm recentemente elevado seus gastos no auxílio ao exterior. Duvido, todavia, que qualquer comprometimento formal a um certo nível de assistência no combate à fome mundial seja plausível.

Revista Filantropia: *O senhor acredita que se o dinheiro investido hoje pelos EUA em armas – é o país que mais investe em armamento – fosse revertido a programas sociais, seria possível acabar com a fome e a pobreza no mundo?*

Lester Salamon: As disposições de tempo envolvidas nessas duas atividades diferem entre si. Seria, portanto, irreal esperar que um país parasse com uma para trocar pela outra. No entanto, sou a favor de maiores investimentos em programas sociais como forma de reduzir custos a longo prazo com programas armamentistas. ♀

PARTICIPAÇÃO DO SETOR SEM FINS LUCRATIVOS NO TOTAL DE EMPREGOS



Por
DANIELA TCHERNIACOWSKI

Teia. Social

O papel social das empresas

Nesta segunda matéria do especial, trazemos algumas empresas para debater a entrada das questões sociais em seus negócios e de como isso evoluiu para o que verificamos hoje.

Organizações como a C&A, que há mais de dez anos criou um instituto próprio para ampliar as propostas desenvolvidas em sua trajetória centenária. Ou o Itaú, que se encontra em estado avançado nas discussões de responsabilidade social, dispondo, hoje, de um comitê de ética para analisar periodicamente aspectos comportamentais dentro do banco.

Assim como o Itaú, o ABN Amro Bank também dá sua contribuição ao envolver colaboradores e *stakeholders* (as partes envolvidas), na criação de um fundo de investimentos ético, o

Ethical, cuja seleção rigorosa centrada em aspectos éticos, acaba por estimular empresas a se conduzirem por práticas socialmente responsáveis.

Outra discussão está relacionada ao fato de uma fabricante de tabaco, por exemplo, poder ser considerada socialmente responsável. Quem responde a isso é a Souza Cruz, líder no segmento de cigarros e fumo, que, por meio de ações coordenadas pelo seu instituto, vem procurando se firmar como cidadã.

Já com o papel de fortalecer e incentivar esse movimento, órgãos vinculados ao sistema Fiesp/Ciesp, dão exemplos próprios de como é possível ser socialmente responsável de forma que isso esteja integrado com a rotina de uma corporação.

Itaú

"A solução dos nossos problemas sociais está diretamente associada ao comprometimento da sociedade com essas questões. As positivas demonstrações de parceria do governo/sociedade organizada nos fazem acreditar num Brasil melhor".

É com essa frase que Roberto Egydio Setúbal, diretor-presidente do Banco Itaú e presidente da Fundação Itaú Social, afirma sua preocupação com o social.

Essa consciência fez o banco se reposicionar a respeito de suas ações – antes pontuais, como doações a entidades – para o desenvolvimento e apoio de projetos, em especial de educação (ensino fundamental) e saúde. "Percebemos que, para haver transformações profundas no quadro social brasileiro, era preciso investir efetivamente nessas duas áreas", diz Ana Beatriz B. Patrício, gerente geral do Itaú e superintendente da Fundação Itaú Social.

Criada em 2000, a fundação tem o intuito de garantir recursos permanentes ao Programa de Apoio Comunitário – hoje Programa Itaú Social – iniciado em 1993, dentro do conceito de cidadania empresarial que permeia o banco: a iniciativa privada comprometida com os problemas comunitários.

Segundo dados da empresa, desde sua fundação, o Programa Itaú Social apoiou cerca de 600 projetos, com investimento total de mais de R\$ 85 milhões, sendo que, somente em 2001, 60% dos recursos foram direcionados à área de educação.

Com patrimônio de R\$ 244 milhões, a fundação prevê investir R\$ 14,5 milhões na continuidade e na criação de novos projetos.

Com objetivo de promover um programa eficiente, bem sucedido e permanente, as parcerias com organizações sociais mostravam-se imprescindíveis. "Para os projetos de educação, desde



o início contamos com o Unicef e o Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária)", diz. Entre eles, destacam-se o Educação & Participação, Saúde & Cidadania, Raízes e Asas e Escrevendo o Futuro.

Iniciativas afinadas com a linha de atuação do Itaú também são apoiadas, como o Canal Futura e os programas Alfabetização Solidária e Capacitação Solidária.

Já na área de saúde, o Itaú Social conta com o apoio do Instituto para o Desenvolvimento da Saúde (IDS), a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, entre outros, que ajudam

em ações como o Saúde & Cidadania, voltado para a capacitação e aperfeiçoamento para gestores municipais de serviços de saúde, composto por manuais elaborados por especialistas.

Outro ponto forte da empresa é o investimento dirigido à cultura, enfatizado com a criação do Instituto Itaú Cultural – com 15 anos de existência – além do Museu Herculano Pires, que mostra a moeda como expressão da cultura, entre outras iniciativas.

Porém, apesar do tema estar sendo amplamente abordado nas corporações e na mídia, muitas empresas ainda não têm a compreensão exata de que todas essas ações são apenas uma das facetas que compõem as consideradas empresas cidadãs. Ocorre que, hoje, consumidores, clientes e opinião pública em geral estão atentos de que responsabilidade social é muito mais do que criar ou investir em projetos e na comunidade. É um movimento que deve estar associado a outros vários aspectos vivenciados pelas empresas.

"Temos uma visão macro de que é preciso se focar nas dimensões social, econômica e ambiental, de forma a manter estratégias que beneficiem não só a comunidade, mas todos os envolvidos no nosso dia-a-dia: colaboradores, clientes, fornecedores, acionistas, meio ambiente etc.", diz Ana Beatriz.

Segundo documento do banco sobre responsabilidade social, princípios e valores são sustentados por uma cultura que inclui respeito à pessoa, observância estrita às leis e aos regulamentos, busca permanente do desenvolvimento, transparência e ética.

Este último tema ganhou destaque dentro do Itaú, que elaborou, em 2000, um código de ética para reforçar "a diretriz de adoção de elevados padrões éticos e altos níveis de integridade pessoal e profissional dos administradores e colaboradores".

Para assegurar e aprimorar a eficiência dos padrões comportamentais, o Itaú ainda criou o Comitê de Ética Corporativo, que atua em conjunto com vários comitês de ética setoriais.

Pelo que é possível constatar, o banco Itaú está alinhado com a pauta do Ethos e agora quer mostrar resultados de seu trabalho. "Existem muitos desafios ainda. Ao menos, sabemos que estamos fazendo algo para diminuir a evasão escolar, a repetência e, ao mesmo tempo, oferecendo educação e saúde de qualidade", acredita Ana.



Crianças visitam prédio do Instituto Itaú em São Paulo

Souza Cruz

Fabricante de cigarros e fumo, a Souza Cruz, apesar de manter diversos programas sociais e ambientais, admite a dificuldade em convencer a comunidade de que uma empresa deste segmento possa ser socialmente responsável. "Mesmo atuando com um mercado controverso, a Souza Cruz pratica uma gestão responsável de seus negócios", afirma José Roberto Cosmo, gerente de Assuntos Corporativos.

Ele utiliza a definição do Instituto Ethos para confirmar sua premissa, que diz que "a empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes e de conseguir incorporá-los no planejamento

de suas atividades, buscando atender às demandas de todos, e não apenas de acionistas e proprietários".

Segundo ele, esta prática vem fazendo parte do *business* da companhia desde sua fundação, em 1903, quando Albino Souza Cruz, fundador da empresa, já manifestava atenção com o bem-estar de seus funcionários. "Em 1950, foi pioneiro ao inaugurar um completo serviço médico ambulatorial com creche e nutricionistas, antecipando-se à legislação brasileira que obrigaria as empresas industriais a instalar creches para filhos de funcionários. Também realizou campanhas de vacinação em massa contra a paralisia infantil, colocando à disposição das autoridades de saúde pública sua frota e seus funcionários voluntariamente", diz.

Cosmo ainda conta que a empresa também trabalha pela manutenção da biodiversidade da fauna e da flora, há mais de 20 anos, através de investimentos na Floresta da Tijuca no Rio de Janeiro e na montagem de um centro de primatologia para preservação do mico-leão dourado. "Além disso, programas como o Clube da Arvore (1982), Hortas Escolares, Reflorestar, Plano Diretor de Solos, atestam a preocupação da companhia com as questões ambientais", diz ele.

Porém, em um país que é considerado modelo no combate ao tabagismo, a briga com a indústria do tabaco ainda promete muitos rounds. No início deste ano, por exemplo, o governo brasileiro estudava um acordo de controle ao tabaco junto

Banco Real ABN AMRO Bank

funcionários, acionistas, clientes e sociedade —, com o objetivo de agregar valor a estes grupos de forma sustentável.

Em outras palavras, a empresa estava incluindo em seus negócios alguns preceitos de responsabilidade social defendidos por organizações não-governamentais como o Instituto Ethos.

“Descobrimos que vários funcionários organizavam-se espontaneamente, há muito, tempo em grupos espontâneos para ajudar a comunidade no entorno das agências”, aponta Maria Luiza de Oliveira Pinto, diretora de Responsabilidade Social do banco.

Segundo ela, a contribuição do ABN AMRO Real vai além do investimento social privado, através do qual direciona recursos financeiros para projetos sociais. “Com a operação de microcrédito, oferecemos aos pequenos empreendedores a perspectiva de investirem e ampliarem seus negócios através de empréstimos, gerando renda e melhoria na qualidade de vida para os diretamente envolvidos, e oportunidades de emprego para as pessoas da comunidade local”, explica.

As atividades serão geridas por uma empresa independente, a Real Microcrédito, criada para este fim, conforme determina o Banco Central. A Real Microcrédito tem como sócia a ACCIÓN, Organização Não-Governamental com

40 anos de experiência na concessão deste tipo de crédito.

Outro grande destaque da empresa é um fundo que funciona como agente estimulador do comportamento socialmente responsável. Lançado em 2002, o Fundo Ethical é o primeiro a ser criado no País baseado em critérios de responsabilidade corporativa, ambiental e social.

“Cada vez mais encontramos correlação muito forte entre boa gestão socio-ambiental e bons resultados econômicos em empresas no Brasil e no mundo”, afirma Maria Luiza.

O Fundo Ethical também permitiu novo posicionamento para aqueles cidadãos que gostariam de investir seu dinheiro e obter lucros, sem precisar abrir mão dos seus valores. Alguém que tenha consciência ambiental e social sabe que, ao investir no Fundo, seu dinheiro vai para empresas com boas práticas de responsabilidade social.

Segundo Maria Luiza, das 50 empresas que responderam ao questionário socio-ambiental e de governança corporativa, apenas 26 se qualificaram, sendo que, atualmente, o Ethical é composto por 20 pré-selecionadas.

Para fazer parte da carteira de investimentos, as interessadas devem comprovar programas de proteção aos acionistas minoritários, a realização de boas práticas ambientais, indicadores de desempenho ambiental, efetividade do conselho de administração e modelos de gestão ambiental.

Foi o que incentivou, também, a fundação do Instituto Souza Cruz, em 2000, e o lançamento, em 2002, do Relatório Social Corporativo com base no AA 1000, considerado um dos mais rigorosos padrões internacionais de desempenho social e ético criado na Inglaterra, pelo Institute of Social and Ethical Accountability – Isea.

Assim como o Banco Itaú, a empresa também pauta sua gestão por critérios éticos contidos em um guia de conduta que auxilia diariamente nas tomadas de decisão. “A ética é prática colocada acima de qualquer atividade desenvolvida pela companhia e é o que define as relações com os funcionários, partidos políticos, consumidores, investidores, entidades governamentais, fornecedores e clientes”, afirma Cosmo.

“Os pontos mais críticos passam pela responsabilidade ambiental e a governança corporativa, nos quais as empresas ainda pecam muito”.

Outras ações do banco que merecem ser ressaltadas estão voltadas para os funcionários. Além de estimular o trabalho voluntário, a empresa criou um espaço onde são realizados cursos de capacitação, como inglês e informática, e um ciclo de palestras de preparação para aposentadoria destinados a parentes de funcionários das unidades da Grande SP, Baixada Santista e Jundiaí. Posteriormente, o objetivo é abrir a para a comunidade.

O ABN AMRO Real ainda apóia, através do “Prêmio Banco Real Universidade Solidária”, diversos projetos de instituições de ensino destinados a fortalecer comunidades.

Em sua oitava edição, os dez projetos vencedores receberão R\$ 20 mil cada um, outra forma de demonstrar sua responsabilidade social ao investir na educação.

VENCEDORES DO VIII PRÊMIO BANCO REAL/UNIVERSIDADE SOLIDÁRIA

- “Oficina da Inclusão: uma escola de artesanato para idosos portadores de necessidades especiais do município de Monteiro Lobato (SP)” – UNIVAP/SP;
- “Organização Comunitária como pressuposto de geração de renda para o assentamento rural Cocal D’água Quente, Planaltina (GO)” – UCG/GO;
- “Cabras Comunitárias - ampliando a experiência de criação de cabras em três municípios do médio Jequitinhonha” – UFMG/MG;
- “Integração institucional para o desenvolvimento das comunidades de Ariri e Mandira: Educação em saúde – qualidade de vida – desenvolvimento sustentável” – UNIFESP e ESPM/SP;
- “Vitória: designs de gestão de moda na confecção artesanal” – UEL/PR;
- “Semeando a qualidade de vida no campo: agricultura orgânica, cooperativismo e geração de renda” – URCA/CE;
- “Ser Mulher - Bairro Congonhas” - Tubarão/SC – Unisul/SC;
- “Geração comunitária e desenvolvimento sustentável: confecção de vassouras pet no loteamento Rio Bonito/SC” – Univali/SC;
- “Piscicultura: uma atividade exercida de forma solidária e cooperada” – FURG/RS;
- “Verde Catas Altas - Centro Universitário Newton Paiva” – UNICENTRO/MG.

à Organização Mundial da Saúde (OMS) de forma a proibir empresas do setor a participarem de programas públicos sociais, como o Fome Zero.

“Isso significa alijar e discriminar uma indústria legalmente existente no País, com uma política de responsabilidade social que pode contribuir muito para o desenvolvimento sustentável do Brasil”, defende-se.

A discussão, como se vê, é polêmica. Por enquanto, a Souza Cruz luta para se manter em paralelo com as expectativas de seus stakeholders. Para tanto, desde 1993 publica seu Balanço Social, “como forma de prestar contas, primeiramente para seus funcionários e depois para as comunidades em seu entorno”, explica Cosmo.

C&A

Uma das maiores empresas varejistas do mundo no setor de vestuário, a C&A é tida como modelo de empresa preocupada com o social. No Brasil, por exemplo, o trabalho que vem realizando junto a fornecedores, funcionários, comunidade e meio ambiente ganhou 11 páginas em encarte especial da revista Exame, em janeiro de 1999.

Na ocasião, a matéria destacava a postura socialmente responsável da empresa desde a sua fundação, quando os irmãos Brenninkmeijer, em 1841, ainda na Holanda, financiavam projetos comunitários ligados à Igreja.

Passados quatro anos da reportagem, a C&A continua sendo referência no assunto, ao comemorar 12 anos de existência do instituto que criou para "participar ativamente do processo de educação de crianças e adolescentes, fortalecendo estrategicamente as organizações sociais parceiras e contribuindo para o desenvolvimento do Terceiro Setor".

No relatório de atividades de 2002/2003 do Instituto C&A – o primeiro balanço da história da entidade – contabiliza um orçamento anual, de março de 2002 a fevereiro deste ano, de cerca de R\$ 7,2 milhões, sendo R\$ 5,5 proveniente de doações de acionistas e R\$ 1,7 milhão em mercadorias comercializadas pelo Projeto Bazar.

Outro dado apontado são as horas doadas por voluntários – mais de 25 mil – que se traduziram em ações sociais realizadas durante o expediente comercial da C&A beneficiando instituições sem fins lucrativos que recebem apoio técnico ou financeiro do Instituto C&A.

Esse número foi conquistado graças à atuação de 2.049 *associados* (como a própria empresa chama seus funcionários), que engrossam uma das principais marcas da empresa: o estímulo ao voluntariado. Esse é um dos aspectos-chave de responsabilidade social desenvolvido com os funcionários, que geralmente são os que fazem a escolha dos projetos apoiados pela entidade.

"Além disso, eles são convidados a participar da

decisão do investimento feito pelo instituto, o que os mobiliza ainda mais para o engajamento social e comunitário", diz Paulo Castro, diretor-presidente do Instituto C&A.

Alcançando 32 cidades onde a empresa atua, o instituto apoiou, no período já mencionado, 95 projetos, atingindo, entre outros, 9.346 crianças, 1947 adolescentes e 1.122 profissionais de instituições de educação.

Atualmente, a organização conta com um Marco Conceitual, que deve ser publicado em breve. Ele inclui todos os princípios e valores que vêm direcionando o trabalho da entidade ao longo dos anos.

Em sua trajetória de bem sucedidas parcerias com organizações não-governamentais e escolas públicas, que permitiu identificar práticas que pudessem devolver a crianças e adolescentes sua condição de cidadão, o instituto caminha agora para oferecer a melhor educação possível para este público-alvo.

É por isso que tem muito clara a importância de seus parceiros e do poder de articulação que a entidade dispõe. "Hoje percebemos a necessidade de identificar lideranças e projetos nas comunidades, pois, em muitos casos, há focos de atuação semelhantes ou complementares que podem ser aprimorados, ao se integrarem", relata Castro.

Segundo ele, esse esforço no sentido de fazer o intercâmbio de ações tem impacto importante para alguns investidores. "Eles sentem mais motivados a apoiar projetos em rede, que tenham maior capilaridade", diz.

No momento, ele diz que um dos maiores desafios é definir indicadores que possam avaliar a efetividade dos programas qualitativa e quantitativamente. Esta é, na verdade, a grande discussão que toma conta não só do Instituto C&A, mas de todos aqueles que atuam, de forma planejada, em longo prazo, na área social.

Apresentação de jovens do Projeto Axé, de Salvador, um dos programas apoiados pelo Instituto C&A



**Fiesp/Ciesp –
Sesi-SP/Senai-SP**

Secretária-executiva do Núcleo de Ação Social (NAS) da Fiesp/Ciesp - Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, Anne Louette vem procurando

implementar na própria gestão da entidade aquilo que aprendeu e vivenciou durante o tempo em que trabalhou no Instituto Ethos.

“Cheguei disposta a mudar a agenda do NAS, antes centrada na deliberação de ações sociais pontuais, para um programa mais profundo de responsabilidade social”, explica.

Segundo ela, para que a Fiesp/Ciesp pudesse incentivar o movimento no setor corporativo com maior efetividade entre seus cerca de 7 mil associados, era preciso, primeiro, fazer o dever de casa.

Por isso, atualmente, a federação mantém diversos projetos, como o de Diversidade no Local de Trabalho, no qual promove seminários para eliminar preconceitos e preparar as pessoas para receber colegas portadores de deficiência.

O NAS ainda coordena o Programa de Qualidade de Vida, operado pelo RH da casa e apóia a formação de um grupo de voluntários, com o intuito de sensibilizar funcionários para a prática da solidariedade. O Programa de Gerenciamento de Resíduos mantido pela Equipe de Qualidade Ambiental é outro exemplo do que a conscientização pode fazer, neste caso, pelo meio ambiente. Segundo dados da Fiesp/Ciesp, nos primeiros seis meses de atividade, o índice de reciclagem atingiu 24% (6 toneladas). Porém, ao contrário do que se imagina, não é o crescimento na quantidade de lixo reciclado que indica o êxito deste programa. “Quanto menos lixo produzirmos, melhor. Falar em gerenciamento de resíduos parece algo simples, mas existem muitas pegadinhas que, se não corrigidas, podem se transformar em perda de tempo e esforço”, explica Louette.

Enquanto buscam ser modelo para o setor corporativo, as entidades do sistema Fiesp constantemente planejam e realizam ações específicas para suas associadas.

É o caso dos seminários de responsabilidade social que o Sesi-SP vem promovendo há 4 anos, que conta com empresas parceiras como Avon, HP, Natura, Basf e organizações do Terceiro Setor, entre elas Ethos, Gife, Centro de Voluntariado de São Paulo e outras.

As palestras são realizadas nas cidades paulistas onde o Sesi atua, com o intuito de disseminar conceitos relativos ao tema para

fazer com que empresas possam adotar novas práticas e políticas em seus negócios. De acordo com o balanço do Sesi, em 2002, 406 empresas participaram das palestras nas 12 cidades do interior onde foram realizadas.

Desde sua fundação, em junho de 1946, o Serviço Social da Indústria - Sesi, por si só é considerado um precursor em responsabilidade social ao promover o bem-estar com foco na melhoria da qualidade de vida do trabalhador da indústria, seus familiares e da comunidade em geral.

Possui inúmeros serviços nas áreas de educação, saúde, esportes e lazer, alimentação e sociocultural oferecidos em mais de 50 unidades espalhadas pelo Estado.

Fazer outras empresas implementarem a visão de responsabilidade social é, no entanto, sua meta atual. “Quem não compreender a importância desse valor, certamente será varrido do mercado”, alerta a executiva.

Anne diz que, mesmo com todo o trabalho do sistema Fiesp, do Ethos e de outras organizações, essa nova perspectiva ainda causa receio e preconceito por parte de empresários.

“Existem os *visionários*, que já entenderam a proposta e faturam horrores; os *seguidores*, que saem do seminário e pensam ter entendido, mas acabam perdendo dinheiro; e, finalmente, aqueles que não querem saber e acham que o ‘social’ não é problema deles”, revela.

Pelo menos em relação à atuação das entidades que têm como missão difundir os conceitos de responsabilidade social e investimento social privado (ação planejada e monitorada nas comunidades), a executiva do NAS admite que o Brasil está muito à frente nesse campo. “Estamos com uma ótima visibilidade no exterior. Por incrível que pareça, não devemos nada para outros países”.

Para apresentar um quadro atual do que vem sendo realizado pela indústria paulista, o Núcleo de Ação Social da Fiesp deverá divulgar, no próximo mês, os resultados de uma pesquisa, em parceria com o Instituto Ethos e patrocinada pela Souza Cruz e Natura, com amostra colhida entre as 17 mil empresas do Estado. A idéia é identificar alguns aspectos relacionados com a auto-regulação, divulgação dos valores das empresas, a relação com os empregados, fornecedores e clientes, os investimentos destinados à comunidade em que atuam, além de ações de voluntariado empresarial e responsabilidade ambiental.

O levantamento deve contribuir para orientar futuras ações da Fiesp. Um dos

objetivos é desenvolver, por exemplo, planos de apoio às empresas interessadas em estratégias e competências na área, visando estabelecer uma rede de responsabilidade social corporativa.

Anne já adianta que ainda há muito que se fazer com as empresas. “Tranquilamente, 80% do que se vê é marketing. São aquelas que ficam divulgando as ações e os projetos, mas não contam as dificuldades, os erros, quanto foi gasto ou até exageraram nos dados”.

Outro erro, segundo ela, é o da empresa que contrata deficientes sem dimensionar o cargo destinado nem sensibilizar outros funcionários para recebê-los. “A diversidade é um valor que deve ser trabalhado dentro da organização e não apenas como mais uma cota”.

Para mostrar o caminho correto, o Sesi também realiza os seminários “Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho”, nos quais apresenta relatos de entidades e de empresas já comprometidas com o tema no sentido de orientar empresários e executivos.

Mesmo para quem ainda não absorveu os valores da responsabilidade social empresarial e pensa que só fazer doação ou investimento social (nem sempre bem estruturado) confere o título de empresa cidadã, há exemplos que podem ajudar os executivos. São iniciativas de empresas cujo caráter Anna prefere se referir como sendo ações de tecnologia social.

“É um termo que se diferencia de marketing social, pois traduz quem verdadeiramente incorporou políticas que podem ser replicadas para outras organizações, com informações completas e detalhadas do que é feito”, conclui.

Se, mesmo assim, não houver mudança de comportamento daquelas equivocadas, os modelos de tecnologia social servem, ao menos, para provar o quanto opinião pública e consumidores devem ficar atentos e cobrar resultados. ☺

Manual para a construção de organizações sociais

Algumas dicas podem ajudar a montar mais facilmente uma entidade

Por
MARCOS BIASIOLI

É notório perceber hoje em dia que muitas pessoas estão procurando se engajar em causas sociais, uma vez que o espírito de solidariedade está impresso no âmago humano. Uma das provas disso está justamente no resultado da última campanha do projeto lançado pela AACD em conjunto com o UNICEF, difundida pela Rede Globo, que arrecadou cerca de R\$ 10 milhões.

O primeiro passo que um interessado na empreitada do bem costuma trilhar é filiar-se a um projeto como voluntário, perpassando para doador, podendo chegar até mesmo a ocupar papel na direção da associação.

No entanto, muitos vislumbram atender outro pólo de carentes sem auxílio de alguma entidade já existente e almejam estruturar a própria instituição para atender às necessidades sociais, quer na comunidade em que vivam, quer na defesa de qualquer outra causa.

Surge, a partir daí, a motivação para a construção de uma entidade sem fins lucrativos, ou seja, uma organização de pessoas com os mesmos ideais, dissociada ou não de qualquer empresa de fins econômicos e livre da vinculação com órgãos públicos. Enfim, uma organização não-governamental independente, autônoma.

Diante da sinergia dos envolvidos, inicia-se a formatação da ONG, que traz muitas dúvidas quando o assunto é a estruturação da obra.

Análise da vocação

As boas intenções não são suficientes para a edificação de uma entidade social. É de suma importância que os participantes tenham em mente a importância da eleição de uma única causa, pois a multiplicidade de propósitos leva ao naufrágio do projeto inaugural.

Eleito o tema, o grupo deve partir para outra análise: a da sobrevivência da obra, antes mesmo de fundá-la.

Fontes de sobrevivência

Atualmente, o próprio Código Civil determina que as instituições sociais insiram em seus estatutos a fonte de sobrevivência. Entretanto, tal assunto está amplamente ligado à construção da obra, já que as ONGs sobrevivem da dotação do fundador, da contribuição dos associados e dos recursos derivados de doações particulares e de empresas ou organismos internacionais tanto privados quanto públicos, este último subdividido em: renúncia fiscal (o não-pagamento de tributos); subvenções e auxílios oriundos do orçamento público; convênios em parceria com o Estado e derivados do orçamento público de outros países.

A definição sobre a montagem de uma organização encontra-se relacionada com a forma de sobrevivência dela, sendo que, sem isso, nenhuma motivação social poderá evoluir.

ONG ou OSCIP?

Caso a instituição pretenda se manter por meio de todos os recursos disponíveis, terá de se estruturar como entidade beneficente sem fins lucrativos, visando assistir ao carente, como determina a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, 8.742/93. Nessa modalidade, não há qualquer possibilidade de gratificar financeiramente associados ou dirigentes.

Já se a opção for remunerar diretores, a organização deverá se estruturar dentro das prerrogativas da Lei 9.790/00, que é a Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs. Contudo, não poderá se aproveitar dos recursos públicos originados da renúncia fiscal, que impede a remuneração de dirigentes (artigos 9º e 14º).

Estrutura jurídica

Existem apenas duas formas da constituição da estrutura jurídica – associação

Deve-se eleger uma única causa, pois a multiplicidade de propósitos leva ao naufrágio do projeto



A Assembléia Geral terá mais poder que o presidente da entidade, tornando-se assim necessária a seleção adequada de seu corpo social, pois integrantes mal intencionados poderão desviar os fins da instituição

ou fundação. A associação, em regra, inicia-se sem capital. Já a fundação deve obrigatoriamente nascer com recursos, pois sua constituição dispensa a escritura pública para solenizar a verba destinada à própria formação. Outra diferença é que a associação é fiscalizada diretamente pelos próprios associados, necessitando estabelecer certa forma de governo e manutenção. A fundação, por outro lado, é velada e fiscalizada pelo Ministério Público e seu modelo de governo e destino do capital devem atender aos anseios do doador, definidos na própria escritura. Na hipótese de dissolução, ambas deverão repassar os bens a entidades congêneres, principalmente se tiverem utilizado recursos públicos. Todavia, o fundador pode regular forma distinta, porém sem desrespeito à hipótese de tomar recursos públicos, que ficará sujeita ao trespasse do patrimônio a outra entidade congênere.

Governo da instituição

O novo Código Civil determina que a organização antevêja a forma que será governada, exigindo a formação do órgão que será supremo, a Assembléia Geral. A Assembléia Geral terá mais poder que o presidente da entidade, tornando-se assim necessária a seleção adequada de seu corpo social, pois integrantes mal intencionados poderão desviar os fins da instituição.

Forma de administração

O governo da entidade deverá ser feito pela diretoria, porém caberá à assembléia, segundo o novo Código Civil, aprovar contas, destituir administradores, alterar estatuto etc. Assim, a eleição da administração deverá ser consignada no Estatuto Social, visando primar pela segurança e manutenção dos propósitos inaugurais dos fundadores, guardada a evolução natural que a instituição sofre em sua vida civil.

Se a assembléia for relegada a um grupo desligado dos propósitos sociais da empreitada eleita pelos fundadores, corre-se grande risco de colisão de ideais e se inicia o precipício do negócio social, já que o órgão colegiado possui mais poderes que os próprios criadores, se dele não fizerem parte.

É notório que muitas ONGs começam com pessoas próximas ou mesmo parentes, que emprestam apenas seus nomes para a edificação da ONG. Entretanto, se a obra se multiplica (transformando-se numa universidade, num hospital etc.) os anônimos do passado passam a engrossar o coro da voz dissonante e podem até mesmo ser extirpados da organização, já que muitos colocam os interesses particulares acima de tudo.

Enfim, o corpo social é a chave do sucesso na construção da ONG, que deve incluir apenas aqueles envolvidos com os ideais propostos.

Legalização

Tomadas todas as cautelas citadas, os idealizadores da instituição poderão construir o Estatuto Social, de maneira a registrar todos os seus anseios. Jamais a redação do mesmo deve ser delegada a um profissional de direito ou de ciências contábeis, pois deve se originar dos propósitos dos fundadores. Todavia, tão logo a minuta esteja exteriorizada, respeitando a espinha dorsal da ONG, deverá ser confiada ao corpo jurídico, visando o correto enquadramento nos ditames da lei.

Registro

Assim que for constituído o estatuto, deve-se promover uma assembléia inaugural para aprová-lo, sendo que ambos deverão ser registrados em cartório para que tenham eficácia no mundo jurídico.

Regularização fiscal

O passo seguinte é buscar a inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e ao Ministério da Fazenda, por meio da Secretaria da Receita Federal da sede da instituição, promovendo também a inscrição estadual e até mesmo municipal. É preciso que seja criado um Plano de Contas para registrar os atos e fatos contábeis, a exemplo dos livros contábeis, em especial o diário, que é obrigatório inclusive pelo novo Código Civil.

Regularização Administrativa

É recomendável a criação de um livro de associados registrado em cartório, para espelhar os fatos ocorridos durante a vida da entidade, para que, futuramente, a mesma não fique à deriva de maus feitos.

Certificações Públicas

Dependendo da vocação social eleita, logo após o fechamento do primeiro exercício contábil, a instituição deverá procurar os conselhos de assistência social, municipal, estadual e nacional, para a promoção de seu registro frente a esses órgãos, pretendendo o reconhecimento de Utilidade Pública. Note-se que o reconhecimento de Utilidade Federal é registrado pelo Ministério da Justiça. Já o de Entidade Beneficente de Assistência Social é oriundo do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Ultrapassadas todas essas fases, as organizações poderão funcionar, então, sob o manto e supervisão da lei e com maior facilidade de obter recursos públicos ou privados. ☺

SOBRE O AUTOR

Marcos Biasoli. Advogado e assessor jurídico de inúmeras entidades filantrópicas. Mestre pela PUC/SP, administrador de empresas pela Universidade Mackenzie e pós-graduado pela European University.

Por

CLODOALDO DE L. LEITE

Dez anos de LOAS

A Lei Orgânica da Assistência Social deve se estender a todos com ética e competência. Para isso, é preciso capacitação permanente dos membros dos conselhos, do Legislativo e Executivo

Neste ano, completa-se dez anos de vigência da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social. Todos os que tiveram, no mínimo, acesso a essa lei sabem de seu papel fundamental para uma nova ordem social. Por isso, é necessária uma reflexão profunda sobre a mesma. O Brasil inteiro está discutindo, avaliando e ponderando sobre esse período de existência da LOAS em conferências de âmbito municipal, regional, estadual e nacional.

A Lei 8.742 de 07/12/1993 regulamenta a Constituição Federal em seus artigos 203 e 204 e dispõe que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, sendo que as ações do governo federal, estadual e municipal deverão ter como diretrizes a descentralização político-administrativa e a participação da população.

Enquanto norma legal, tal lei propõe uma mudança de cultura: o rompimento com políticas clientelistas e o consagrado “toma-lá-dá-cá” dos “pseudo-representantes públicos”, elevando a assistência social ao patamar de política pública. Trata-se, portanto, de um marco na história da assistência social em nosso País, fruto da luta daqueles que ousaram sonhar com a efetivação de uma forma moderna de se fazer política.

Durante esses anos de existência, foram criados, por todo o território nacional, conselhos estaduais, municipais, comissões intergestoras, e assim por diante. Os conselhos são formados em paridade por representantes tanto do poder público quanto da sociedade civil e têm, entre outros, o papel de aprovar a política pública de assistência social. A LOAS, de um lado, significa avanço e, de outro, oposição aos

maus gestores públicos e representantes da sociedade que ocupam lugares nos conselhos com o fim exclusivo de atender aos interesses pessoais ou corporativistas. São companheiros ainda desconectados da idéia de a política pública ser para todos, que exige postura ética em defesa do bem comum, do interesse coletivo.

A fim de minimizar tais problemas e evitar que a LOAS não se configure como uma grande mentira aos que vivem à margem da sociedade, é necessária a capacitação permanente dos membros dos conselhos (nos três níveis de governo). Indispensável, também, cobrarmos a atualização do Legislativo e do Executivo.

A socialização dessa nova legislação deve fazer parte da grade escolar, preparar a criança e o adolescente, enfim, o cidadão brasileiro ao exercício pleno de sua cidadania. Torna-se, então, imprescindível a previsão de recursos nos orçamentos federal, estadual e municipal para atender às necessidades. É fundamental conscientizar a sociedade a cumprir com competência o chamado controle social a partir da fiscalização da prestação de serviços, da participação pró-ativa e tomando parte com propostas na elaboração dos planos de assistência social, além de tudo o mais que se refere ao seu papel, conforme prevê a LOAS e a Constituição Brasileira. 

A LOAS deve fazer parte da grade escolar, preparando o cidadão brasileiro ao exercício pleno de sua cidadania.

É fundamental conscientizar a sociedade a cumprir com o controle social

SOBRE O AUTOR

Clodoaldo de L. Leite. Membro do Conselho Estadual de Assistência Social e diretor da REBRAF – Rede Brasileira de Entidades Assistenciais Filantrópicas

Janeiro de 2004 é o prazo para entidades sem fins lucrativos se adequarem ao novo Código Civil

Com a entrada em vigor do novo Código Civil Brasileiro, associações, sociedades e fundações devem adequar seu Estatuto Social segundo os novos dispositivos legais. A data limite é dia 10 de janeiro de 2004.

Nova Lei do ISS

Publicada no dia 31 de julho de 2003, a Lei Complementar nº 116 dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, que amplia o campo de incidência do tributo. A lei também determina que o serviço considere-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento ou no domicílio do prestador. Com relação às entidades sem fins lucrativos, o novo texto diz que, ao contratar os serviços de construção civil, coleta de lixo e limpeza, entre outros, deve-se efetuar a retenção do imposto pelo prestador, devendo ser pago no domicílio do mesmo. Vale ressaltar que o ISS é de competência municipal, ficando cada município incumbido de criar a norma tributária, dentro os parâmetros trazidos por tal lei.

MP incentiva implementação de projetos de interesse social

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva promulgou a Medida Provisória nº 122, de 25 de junho de 2003, com o objetivo de direcionar depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores. A MP também institui o Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social, voltado para a criação de núcleos habitacionais e para o desenvolvimento e ampliação da infra-estrutura em saneamento básico, energia elétrica, gás, telecomunicações, entre outros serviços. Esses projetos devem contar com a participação do poder público.

Lei Federal cria Programa Nacional de Acesso à Alimentação

Criado por meio da Lei nº 10.689, o programa é vinculado às ações dirigidas ao combate contra a fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional, garantindo o acesso diário à alimentação. Ele prevê a concessão de benefícios financeiros ou acesso a alimentos para unidade familiar com renda mensal per capita inferior a meio salário mínimo.

Lei aumenta a carga tributária

A partir do dia 1º de setembro, os brasileiros terão novo aumento na carga tributária. Nesse dia entra em vigor a alteração da CSLL e do COFINS, estabelecida pela Lei nº 10.684 de 30 de maio de 2003. Aproveitando a lei que teve a finalidade de criar o REFIS II, o governo federal aumentou tanto a Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL), quanto a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

(COFINS).

A lei elevou de 3% para 4% a alíquota do COFINS para as instituições financeiras, seguradoras, empresas de capitalização e fundos de previdência privada. Já o artigo 22 da mesma aumentou a base de cálculo da CSLL para as empresas prestadoras de serviços optantes pelo lucro presumido, fixando-a em 32% sobre a receita.

Deputados aprovam Estatuto do Idoso

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3.561/97, para estabelecer os direitos assegurados a pessoas com 60 anos ou mais, suas garantias, bem como as obrigações exigidas das entidades que prestam atendimento a essa faixa etária. O projeto, que agora passará pela análise do Senado, estabelece os seguintes direitos aos idosos:

- Pelo menos 50% de desconto em cultura, lazer e esportes;
- Gratuidade nos transportes coletivos públicos para maiores de 65 anos;
- Determina o reajuste dos benefícios da aposentadoria na mesma data do reajuste do salário mínimo, com o percentual definido em regulamento;
- Estabelece nova idade (65 anos) para requerer o benefício de um salário mínimo estipulado pela Lei Orgânica da Assistência Social;
- Prioridade para aqueles acima de 60 anos na tramitação dos processos e procedimentos dos atos e diligências judiciais em que figurem como partes;
- Veda a cobrança de valores diferenciados em razão da idade, sendo dever do poder público fornecer medicamentos aos idosos;
- Prioridade para a aquisição de moradia própria nos programas habitacionais.

Além disso, estão regulamentadas as obrigações das entidades de assistência ao idoso, tanto governamentais como não-governamentais, em que se destacam: celebrar contrato escrito de prestação de serviço; proporcionar cuidados à saúde; oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitação e proceder o estudo social e pessoal de cada caso. O não cumprimento do Estatuto do Idoso pode acarretar o fechamento da unidade, entre outras penalidades civis e administrativas.

JURISPRUDÊNCIA Filantrópica recebe assistência judiciária gratuita

A entidade médico-hospitalar Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina – Hospital São Paulo foi agraciada por assistência judiciária gratuita em litígio julgado pelo STJ. O Tribunal, nos Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 205.835/SP, concedeu o benefício ao considerar que a natureza da sociedade evidenciava o prejuízo que poderia resultar para a manutenção da atividade assistencial prestada a uma parcela da sociedade, caso tivesse de arcar com os ônus de um proces-

so judicial. O Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, relator dos autos, afirma que “o simples fato de destinar parte de seus recursos para custear uma ação judicial importa na redução da capacidade de atendimento dos pacientes que necessitam dos serviços, quer qualitativa quer quantitativamente”. Em conformidade com o STJ, basta que a entidade demonstre a impossibilidade de arcar com as despesas do processo sem prejudicar a própria manutenção.

Direito a auxílio-reabilitação para pacientes com transtornos mentais

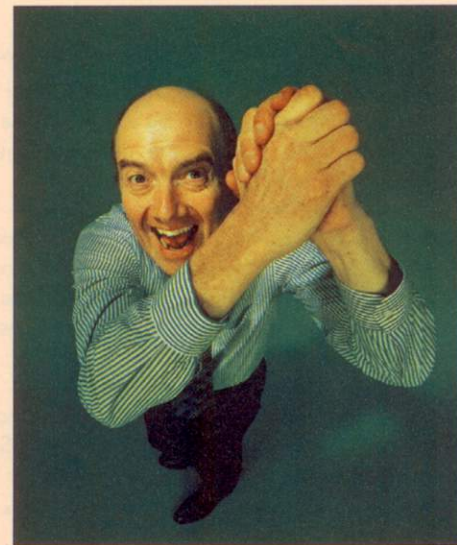
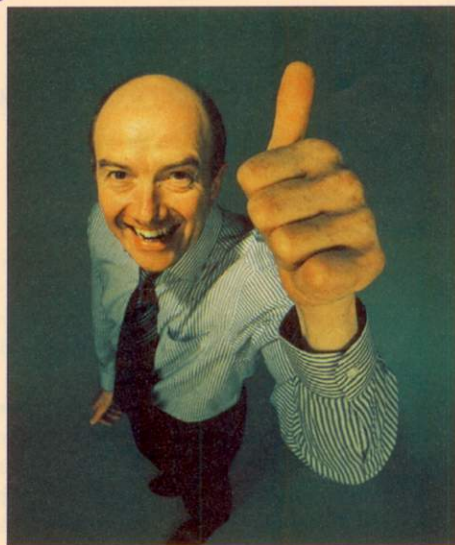
A Lei Federal nº 10.708/03 instituiu o auxílio-reabilitação destinado à assistência, acompanhamento e integração social de pacientes com transtornos mentais que estejam internados em hospitais ou unidades psiquiátricas. Consiste no pagamento mensal de R\$240 diretamente aos beneficiários. O intuito desse benefício, que está associado a determinados requisitos, é promover o retorno, com acompanhamento médico, de pacientes ao convívio social.

COMUNICAÇÃO

Luzes, câmera e...

Por

FERNANDO A. OPICE CREDIDIO



As empresas estão repetindo os mesmos equívocos ao fazer muito alarde sobre as ações que apóiam ou implementam, com poucos resultados realmente práticos.

Gradativamente, o mercado e a própria sociedade começam a detectar que boa parte das ações não passa de estratégias de comunicação e marketing bem engendradas, pensadas com o objetivo de criar valor e diferenciais competitivos à marca e imagem das corporações e de seus produtos.

A verdade é que estamos vivendo um momento crítico nesse aspecto. A responsabilidade social empresarial corre o risco de se tornar um *commodity* descartável, como outros processos e ferramentas de gestão adotados de maneira oportunista e abandonados em pouco tempo, em virtude de terem sido considerados meros modismos. Há uma clara e perceptível contradição entre os discursos, as ações e, especialmente, os números que têm sido apresentados pelas corporações.

Ainda que polêmica, a tese que venho defendendo continua válida: não há no Brasil empresa alguma que seja socialmente responsável, na acepção do termo, apesar dos discursos corporativos em contrário. Se considerarmos todos os princípios recomendados pelo Instituto Ethos de Responsabilidade Social e demais organismos internacionais da área, qualquer observador mais atento confirmará isso. O que existe, na verdade, são organizações que adotam mais ou menos políticas de

As empresas extrapolam na comunicação, esquecendo-se daquilo que verdadeiramente importa: os impactos sociais promovidos pelas ações

responsabilidade social e aquelas que, naturalmente, não fazem isso. Daí até as primeiras se intitularem empresas cidadãs, há grande distância.

Existe, hoje, muito marketing – no sentido pejorativo do termo – relativo a esses assuntos. Como se isso não bastasse, as pessoas estão confundindo marketing com propaganda, promoção e, mais grave ainda, ambos os conceitos com cidadania corporativa, investimento social privado, marketing social e outras vertentes que, apesar de interagirem entre si, são, na realidade, processos distintos. Talvez por essa razão algumas empresas estejam extrapolando na comunicação, esquecendo-se daquilo que verdadeiramente importa: os impactos sociais promovidos pelas ações.

Perguntado, há pouco tempo, a um alto executivo de certa companhia que costuma divulgar fortemente sua atuação social, sobre o número de pessoas alfabetizadas por meio de um projeto implantado pela empresa, a resposta foi de que tinham

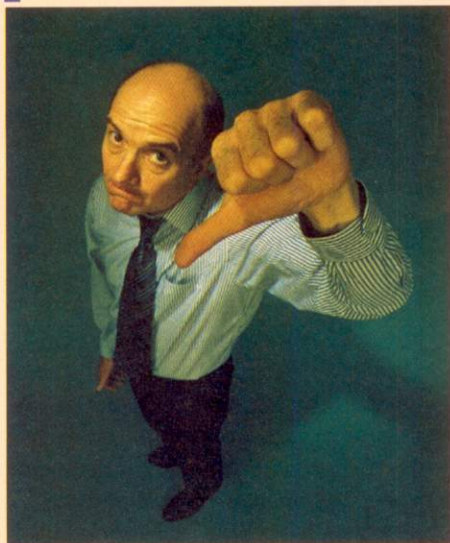
sido 80 até então. Não discordo da afirmação de que é melhor alfabetizar 80 pessoas a nenhuma. Contudo, tal número não dá direito à companhia de ostentar o feito, especialmente por meio da mídia, como se tivesse realizado algo sobrenatural.

O fato é que os valores investidos e o barulho que se faz em torno da atuação social não justificam, na maior parte das vezes, tais ações. Além disso, observa-se que, na maioria das companhias, fundações e institutos, significativa parcela dos recursos obtidos é destinada à administração, e outra, relativamente menor, às causas por eles defendidas, a aquilo que é palpável.

Não dá para negar que a mídia está correndo mais rápida que o fato. Prova disso é que se cultiva cada vez mais o hábito de divulgar situações que ainda não aconteceram. A síndrome de virar notícia acomete não somente empresas, mas também algumas organizações do Terceiro Setor que não conseguem desenvolver suas atividades longe dos holofotes, o que só faz aumentar o problema. Isso acontece principalmente em razão da própria desinformação e inexperiência dos jornalistas em cobrir uma área da qual não possuem domínio suficiente. Resultado: acabam comprando, não raras as vezes, gato por lebre, ferindo um dos princípios básicos da boa comunicação, que prevê apenas a divulgação dos fatos consumados.

Infelizmente, a mídia está sendo cúmplice – e vítima, simultaneamente – de

poucas ações



A síndrome de virar notícia acomete também algumas organizações do Terceiro Setor, que não conseguem desenvolver suas atividades longe dos holofotes

verdadeiros engodos sociais. Publicações conceituadas pactuam de “propagandas” sociais que beiram ao ludíbrio e à desfaçatez, dando crédito e pompa muito mais ao que se anuncia que vai fazer ou aplicar do que, propriamente, ao mensurável. O caso do programa Fome Zero talvez seja o grande exemplo disso. Não é mesmo extraordinário que somente agora os empresários finalmente descobriram que há fome no País? Quais outros termos podemos empregar para qualificar tanto “desprendimento”, “altruísmo” e “engajamento”, além de dissimulação, adulação ao Governo Federal e outros sinônimos igualmente “lisonjeiros”? Será que os empresários e executivos dessas companhias ainda não se deram conta de que a sociedade atual não é mais aquela de tempos atrás, convencida por discursos fáceis e retóricas persuasivas?

É de se lamentar, igualmente, que as empresas detentoras de belo histórico de ações voltadas ao social se deixem contaminar pelo mesmo vírus. Exemplos não faltam. Um deles é a propaganda de uma montadora de automóveis que defendia o “test-drive solidário”, veiculada no fim do ano passado e, mais recentemente, o sorteio de casas promovido pela maior indústria de alimentação do mundo. Em comum, entre outros disparates e longe de ser coincidência, vê-se a participação de artistas e personalidades avalizando as referidas ações, como se essas pessoas tivessem algum tipo de comprometimento ou legitimidade com o

Terceiro Setor. Nunca tiveram e dificilmente terão um dia, pois estão preocupadas, a bem da verdade, apenas em fazer promoção pessoal, ou para aumentar os dígitos de suas contas bancárias. É provável que as companhias apelem para esse tipo de recurso por saberem, no fundo, que as ações por elas propostas não possuem embasamento, fundamentação e apelo suficientes para atraírem a atenção da mídia e, mais que isso, despertarem o interesse e simpatia em seus *stakeholders*.

Um relato narrado por Eduardo Martins Neto, editor da revista Marketing Cultural, é um alerta às empresas que ainda não entenderam que o movimento da responsabilidade social não pode ser confundido com ações de marketing ou de cunho promocional. Há poucos meses, uma determinada companhia recebeu a visita do presidente mundial do *holding*. Parado em frente à imensa janela com vista para uma das avenidas de São Paulo, ele ficou observando, demoradamente o conjunto de barracos da favela em frente ao prédio. De repente, virou-se para o diretor de marketing que estava próximo e disparou a seguinte pergunta: “O que estamos fazendo por aquela comunidade?” O diretor de marketing, vislumbrando uma oportunidade de aumentar seu *budget*, respondeu sem pestanejar, no alto de sua empáfia: “Temos muitos planos para atuar ali, mas a verba de nosso departamento não é suficiente”. O chefe engrossou a voz e fulminou: “E o que o marketing tem a ver com isso?”

Informações

@ parceirosdavid@parceirosdavid.org

www.parceirosdavid.org

Tel: (11) 3341-7195 / Fax: (11) 3341-6076

Apoio
neste artigo



SOBRE O AUTOR

Fernando Credidio. Presidente da organização não governamental Parceiros da Vida, coordena a disciplina Estratégias de Comunicação para o Marketing Cultural e a Cidadania Corporativa, da Faculdade Cásper Líbero

10 Princípios para Organizar-se

Sexta Parte - Controles Financeiros

Por
TADEU CRUZ

Muitos acham que a captação de recursos para entidades do Terceiro Setor acontece antes da criação dos controles financeiros, já que não vêem necessidade de se preocupar em administrar recursos, sem primeiro os ter. Na verdade, pensam de forma errada. Na captação de recursos deve-se demonstrar seriedade e provar que a instituição saberá administrar o capital.

Depois de implantados, os controles financeiros não podem ser abandonados à própria sorte, pois correm o risco de degradar-se e, com isso, perder instantaneamente todo o trabalho executado nas fases anteriores. As organizações são dinâmicas, a economia é dinâmica, as pessoas são dinâmicas. E é por causa disso que processos mal implantados, (ou até mesmo implantados corretamente, mas sem gerência efetiva pós-implantação), rapidamente se tornam desorganizados e consumidores descontrolados de recursos de todos os gêneros.

Necessita-se combater todas as situações que façam os custos saírem do domínio, como gastos excessivos resultantes em situações de desequilíbrio. Para tanto, os custos do "produto" da entidade não devem ultrapassar o valor que está agregando ao bem ou ao serviço originado.

Para se produzir bens ou serviços a baixo custo, com valor e qualidade, é preciso trabalhar dentro de processos organizados de negócio, porque somente dessa maneira se tem condições de garantir às pessoas o conhecimento sobre o que fazer, de que forma, para quem e quando deve ser feito.

Por isso, em cada atividade, devem-se controlar no mínimo os seguintes custos:

- **Mão-de-obra:** custos diretos (salários e despesas que incidirem na folha de pagamento) e indiretos (quaisquer outros, como com treinamentos, viagens etc.);
- **Insumos diretos:** tudo o que a atividade tenha de "gastar", "consumir", para poder produzir aquilo que precisa;
- **Insumos indiretos:** tudo o que for gasto indiretamente pela atividade para poder produzir aquilo que precisa;
- **Hardware:** custos de depreciação + custos de manutenção dos equipamentos que a atividade utiliza;
- **Software:** custos de manutenção dos softwares de que a atividade faz uso (incluir gastos com especialistas).

É claro que existem muitas outras formas de controle, mas já será de grande ganho quando a organização souber o mínimo que gasta para cumprir sua função.

Pessoas desorganizadas tendem a menosprezar os controles, não importa quais sejam; contudo, sem eles, torna-se impossível gerenciar qualquer tipo de instituição. Muitas vezes, a resistência em adotá-los parte da ignorância sobre para que servem, como criá-los e como fazer uso deles para obter melhores resultados.

Os métodos simples de controle são melhores que nenhum e sua sofisticação depende da utilização: aos poucos, vão sendo aprimorados e permitirão, conseqüentemente, que a instituição gaste bem os recursos que tem. ☺

Informações

@ tadeucruz@trcr.com.br

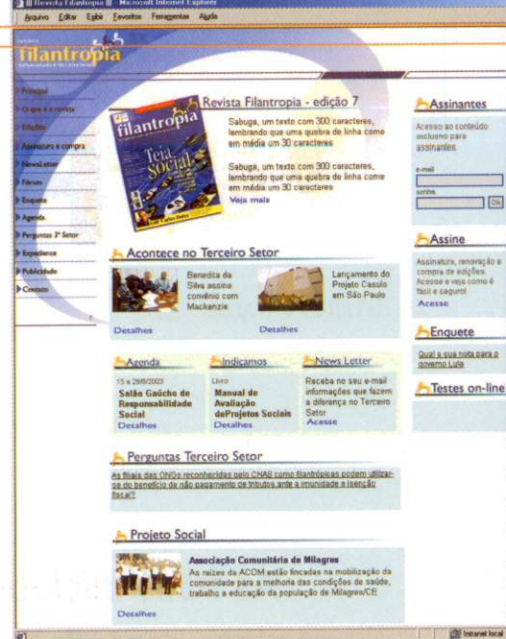
SOBRE O AUTOR

Tadeu Cruz. Administrador de empresas, coordenador do primeiro curso de pós-graduação lato sensu sobre e-business de diversas universidades.

Revista Filantropia tem novo site

Entra no ar ainda em setembro o novo site da Revista Filantropia. Muito mais completo, moderno e dinâmico, o site conta com um banco de dados de matérias já publicadas em edições anteriores. Veja algumas novidades que o site apresenta:

- **Agenda de eventos:** eventos ligados ao terceiro setor com as principais informações. Nessa área, o internauta poderá indicar novos eventos para serem divulgados pelo site e pela revista impressa.
- **Acesso exclusivo:** quem já é assinante da revista, mediante senha que será fornecida via e-mail, terá acesso a todas as matérias na íntegra.
- **Newsletter on-line:** periodicamente o site enviará um resumo de algumas notícias que acontecem no Terceiro Setor via e-mail. Qualquer pessoa, assinante ou não da revista pode se cadastrar para passar a receber a Newsletter gratuitamente.
- **Fórum e enquete:** uma área interativa onde se pode dar a opinião sobre questões relativas ao Terceiro Setor.
- **Loja virtual:** permite que o usuário faça assinatura da revista ou simplesmente adquira números atrasados.



www.revistafilantropia.com.br

www.revistafilantropia.com.br



Grupo Sergio Monello

Escritório Contábil Dom Bosco

➤ **Contabilidade de entidades do 3º Setor**

➤ **Assessoria fiscal, previdenciária e trabalhista**

➤ **Assessoria em departamento pessoal**

➤ **Assessoria filantrópica em assistência social**

37 anos de exclusivo compromisso com as entidades religiosas e beneficentes de assistência social

www.sergiomonello.com.br

Fone: **(11) 3872-1195**

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 1º e 2º andar - Perdizes - São Paulo/SP - CEP 01150-001

Financiadoras

Por
PATRÍCIA FAVALLE

As boas iniciativas contam com chances significativas de sair do papel. É o que prevê o trabalho das agências financiadoras de projetos sócio-ambientais

Entre o final da década passada e o ano de 2001, 9,9% dos brasileiros viviam com o equivalente a menos de US\$ 1 por dia. O propósito é reduzir esse percentual à metade até 2015. "Apesar da pobreza ter começado a diminuir no início dos anos 90, isso ocorreu de modo desigual e ainda não tão rápido quanto o necessário para o Brasil atingir a primeira meta do milênio", adverte o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2003, do IBGE.

Embora o Nordeste tenha conseguido redução considerável da pobreza, o documento afirma que apenas a região Sul deve cumprir o objetivo. Nos últimos dez anos, a miséria cresceu nos estados do Norte, saltando de 36% para 44%. Isso atenta para a realidade de milhares de pessoas continuarem vivendo à beira da marginalidade.

O desafio principal de toda sociedade é a criação de sistemas políticos, econômicos e sociais que promovam a paz, a generalização do progresso humano e o uso sustentável do meio ambiente.

Em outras épocas, a boa vontade de ajudar um ser humano ou preservar a natureza dependia única e exclusivamente de ações isoladas. O esforço de associações, fundações, instituições e ONGs muitas vezes esbarrava na questão financeira, sendo este o maior entrave para que os projetos fossem colocados em prática. Há tempos o governo dividiu tal responsabilidade com parte da iniciativa privada e com órgãos governamentais de países ricos, para que os empreendimentos ligados ao Terceiro Setor mantivessem o fôlego.

A partir de então, surgiram as agências financiadoras e o contexto mudou. A filantropia no Brasil ganhou ares bem mais profissionais. Hoje, entre os maiores desafios das entidades estão a conservação, ampliação e diversificação de suas fontes de financiamento, a fim de garantir a própria independência e o cumprimento de sua missão.

Entre os maiores desafios das entidades estão a conservação, ampliação e diversificação das fontes de financiamento, a fim de garantir a independência e o cumprimento de sua missão



de um mundo melhor

Experiências no Brasil

A história da BrazilFoundation é relativamente curta para o respectivo volume de trabalho. Tudo começou com o sonho de Leona Forman. Brasileira por opção, dedicou-se por mais de 20 anos à ONU (Organização das Nações Unidas). Depois de se aposentar, arregaçou as mangas e colocou em prática a idéia de ter uma fundação.

De tamanho empenho, a estimativa de investimentos para 2004 no País é de US\$ 150 mil, arrecadados de brasileiros residentes nos Estados Unidos, capital destinado a 17 instituições atuantes nas áreas de educação, cultura, saúde, direitos humanos e cidadania. Ao todo, 895 projetos concorreram ao financiamento.

O critério de seleção é bastante rigoroso e inclui desde visitas às proponentes até entrevistas pessoais. Após a aprovação, a instituição passa a enviar relatórios trimestrais, além de responder a questionários periódicos abordando eventuais dificuldades.

Uma das vantagens do programa é que todas as entidades podem voltar a candidatar-se no ano seguinte, tendo apenas a

obrigatoriedade de apresentar uma nova proposta. Na opinião da vice-presidente da fundação, Susane Worcman, esse sistema é mais simples, "pois não se parte do zero e permite estender o benefício".

Pioneira, a Fundação Ford promove a filantropia desde 1936. Menos de duas décadas depois de ter sido criada, já estimulava ações sociais fora dos Estados Unidos. Ao todo, mais de US\$ 10 bilhões em doações e empréstimos já foram realizados. Só no Brasil, US\$ 13 milhões são repassados anualmente para centros de pesquisas e instituições civis.

Há 23 anos, a política de participação do Banco Mundial (BIRD) segue objetivo semelhante. A partir de 1995, quando o banco descentralizou parte significativa de sua atividade, tal política se intensificou. No Brasil, a atuação do BIRD foi beneficiada pela nova estratégia, que tem acelerado as ações voltadas para a divulgação de informações, diálogo e colaboração operacional.

Também no combate à pobreza e nas melhorias da equidade social nos países em desenvolvimento, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) exerce importante papel. Em 2002, 43 emprésti-

mos, totalizando US\$ 2,9 bilhões, foram aprovados e destinados a iniciativas de inclusão social.

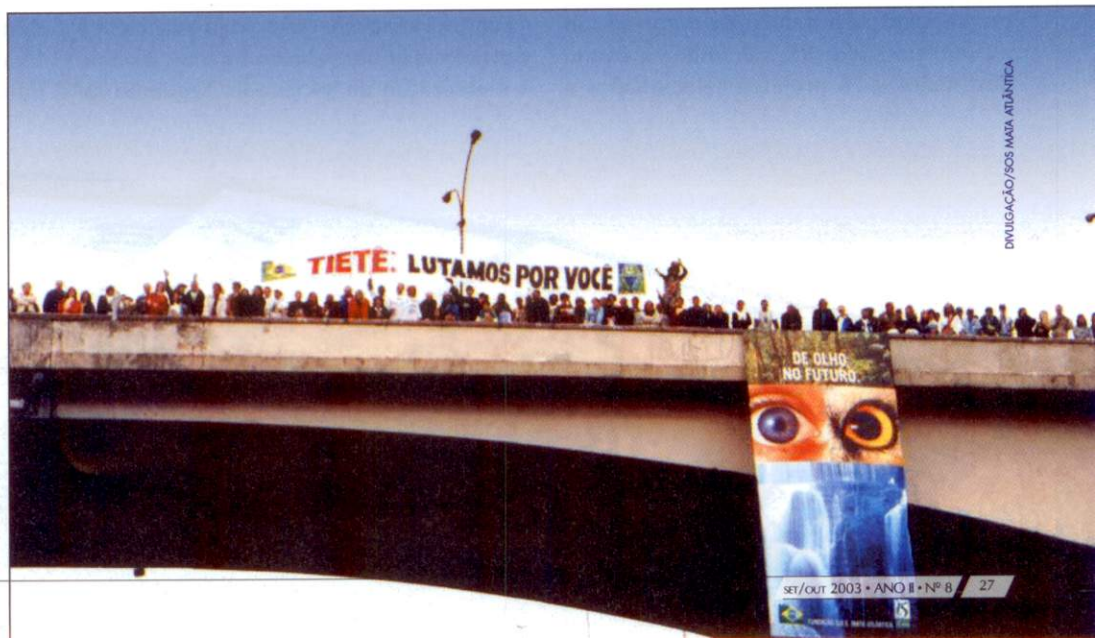
Ainda com recursos obtidos pelo BID no valor de US\$ 800 milhões, o Projeto Tietê entrou na segunda etapa. Desse montante, dois milhões serão destinados a cursos de educação ambiental coordenados pela Fundação SOS Mata Atlântica. O programa inclui a participação comunitária e a formação de lideranças ambientais e será executado por representantes de entidades do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e dos Comitês de Bacia do Tietê. A luta pela recuperação do rio começou em 1991 com campanha realizada pela SOS e a Rádio Eldorado, que captou mais de um milhão de assinaturas em prol da limpeza do local.

Alcoa e seus projetos

A Alcoa tem motivos de sobra para se orgulhar. Desde o início da Alcoa Foundation, em 1952, a palavra "voluntário" ganhou novo sentido. No Brasil, já são 13 anos de sucesso com o Instituto Alcoa.

"A fundação sempre destacou-se por doações consistentes, envolvimento

Manifestação na Ponte das Bandeiras em prol da despoluição do Rio Tietê em São Paulo



DIVULGAÇÃO/SOS MATA ATLÂNTICA



Doação de leite materno no Banco de Leite é incentivada pelo Instituto Alcoa

DICAS NA HORA DE CAPTAR OS RECURSOS NECESSÁRIOS

- O apoio deve ser conquistado. Todas as realizações conseguidas precisam ser divulgadas à comunidade.
- A captação de recursos requer planejamento, pesquisa e estratégia.
- É preciso estabelecer contatos com pessoas e organizações que podem ter interesse na sua entidade.
- As pessoas não doam recursos sem que haja uma razão. É necessário solicitá-los.
- Apenas pedir recursos é insuficiente: as pessoas oferecerão apenas se estiverem convencidas de fazê-lo.
- Não aguarde um momento "oportuno" para captar recursos. Solicite-os assim que apresentar sua organização e projetos

comunitário e sensibilidade à mudança dos tempos. O diferencial é buscar idéias e participação da nossa força de trabalho para ampliar a atuação junto às necessidades das comunidades em que a companhia mantém unidades de negócios, diz Alain Belda, presidente mundial da Alcoa.

Recém-criado, o Programa Bravo! é mais uma ação que visa estimular os funcionários a se dedicarem ao serviço no Terceiro Setor. A iniciativa premia com um cheque no valor de US\$ 250 todo colaborador com mais de 50 horas de trabalho espontâneo, que deve ser repassado à instituição assistida.

"No Brasil, a expectativa de adesão dos funcionários é grande", garante Suzana Sheffield, vice-presidente do Instituto Alcoa. "Só para se ter uma idéia do potencial do instituto, na sede de Poços de Caldas são sete mil funcionários. Se houver o engajamento de 15% em alguma atividade de voluntariado e forem completadas as 50 horas exigidas, pode existir um aporte de US\$ 260 mil para entidades brasileiras, só através do Bravo!", completa.

Cerca de 20% dos colaboradores da companhia possuem atividade voluntária e são eles os responsáveis por trazer os projetos para dentro da empresa. Só no ano passado, R\$ 3,9 milhões foram destinados a 76 projetos selecionados a

partir de sugestões encaminhadas pelos funcionários.

Já é fato no Brasil os dois anos de parceria entre o Hospital Universitário Materno-Infantil da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e o Instituto Alcoa: as metas de redução da mortalidade infantil no Estado estão sendo cumpridas. São sete mil atendimentos por ano, além de programas de conscientização sobre a importância do aleitamento materno.

Num investimento de quase US\$ 45 mil, valor designado para infra-estrutura e aquisição de equipamentos, o Banco de Leite acolhe gestantes e bebês até o sexto mês de vida, além de recém-nascidos com as mães. O leite oferecido pelo banco é pasteurizado, não apresentando riscos de contaminação para o bebê receptor.

A responsabilidade social é, hoje, prioridade para o empresariado brasileiro. Para a adequação dessa nova exigência, surgiram institutos e fundações dentro das próprias corporações. Os funcionários foram incentivados a fazer parte do trabalho voluntário e ganharam status de parceiros.

Empresariado engajado

O Grupo Coimex abraçou a causa: criou a Fundação Otacílio Coser, cuja finalidade é a erradicação do trabalho infantil, visando a mobilização da sociedade. Seguindo tal

filosofia, o Instituto Xerox e a Fundação Educar, mantida pela DPaschoal, estimulam a participação de crianças em eventos de caráter sócio-cultural.

A Educar garante a continuidade de projetos como o Aprendiz do Futuro e a Academia Educar. Já a Xerox, em parceria com a Comunidade do Morro da Mangueira, no Rio de Janeiro, investe em idéias como a Fábrica de Livros e o Centro Cultural Cartola.

Na linha do crédito

Segundo análise da Receita Federal feita com base nas declarações do imposto de renda de 2002, o brasileiro ainda contribui pouco na área social. A média para doações de pessoas físicas é de R\$ 23 por ano. Já as empresas gastam aproximadamente R\$ 4 bilhões anualmente em segurança patrimonial e pessoal de seus executivos, e R\$ 5 mil por mês em filantropia.

As principais razões para esse fato, apontam estudos, são a falta de projetos viáveis, de profissionais habilitados para a captação de recursos e de conscientização da população para a importância do segmento.

A sobrevivência do Terceiro Setor depende da participação efetiva das fundações nacionais e internacionais. Na hora de obter recursos, a maioria delas



para um possível doador. Caso não consiga, tente descobrir a razão da objeção e tente contorná-la, ou aceite a negativa e siga adiante.

- Muitas vezes os diretores que têm êxito na obtenção de fundos não os requerem diretamente, mas convencem outros para que os obtenham.
- Você não pode decidir captar recursos hoje e os recaptar amanhã. A recaptação exige tempo, paciência e planejamento.
- Trate os potenciais clientes e doadores como trataria os clientes fiéis em um negócio comercial. É essencial demonstrar como os possíveis clientes e doadores são importantes, tratando-os com cortesia e respeito.

FONTE: TONY PODERIS (2002) E DALBERTO ADULIS. SITE FILANTROPIA.ORG

prefere um processo de solicitação padrão, geralmente disponível nos sites. Entretanto, pedidos feitos por telefone ou carta não são desprezados.

A regra é apresentar o projeto de forma clara e objetiva. É possível, com algumas dicas (vide acima), evitar os tropeços na hora de captar os recursos necessários.

Cultivando Iniciativas

Sustentabilidade é a palavra de ordem entre os ativistas. Com o desmatamento e a ocupação desordenada da terra, a preocupação com o meio ambiente tornou-se a principal bandeira de ONGs ambientalistas.

“O país que desejamos é uma questão de atitude. Depende de gestos individuais, ações de boa cidadania e de responsabilidade empresarial” – com este discurso, Max Feffer, então presidente do Grupo Suzano, anunciou a criação do Instituto Ecofuturo.

Em quatro anos de existência, o Ecofuturo investe em obras sociais e de manejo correto do solo. O objetivo é que, em médio prazo, as iniciativas apoiadas sejam economicamente auto-sustentáveis.

O FUNBIO – Fundo Brasileiro para Biodiversidade – capta recursos em agências doadoras nacionais e internacionais e os distribui a ONGs, fundações e instituições

que provem sua transparência e seriedade. Entre os beneficiados estão projetos do SOS Mata Atlântica, da Fundação Vitória Amazônica e do Instituto de Estudos Ambientais do Sul da Bahia.

Em 1990, a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza começava a dar os primeiros passos. Nesses treze anos de existência, inúmeras atividades foram realizadas, como a conservação de áreas naturais, o salvamento de animais e plantas em extinção e o despertar da consciência ecológica.

O Boticário investiga biodiversidade

O Parque Nacional da Serra do Divisor, no Acre, e a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza encontraram na preservação do ecossistema seu maior valor. Desde o final da década de 70, o objetivo do parque é atingir o desenvolvimento sem devastar o patrimônio nacional. A área, que contém espécies arbóreas (como o murumuru e o inajá) e onde habita a população indígena da tribo nukini, atrai pesquisadores também pela quantidade de fósseis contidos nas margens do rio Juruá. Embora o acesso ainda seja restrito ao público, há constante vigilância para a ocupação humana, extração indiscriminada de seringais, palhas e cipós, além do contrabando de animais domésticos. 🐾

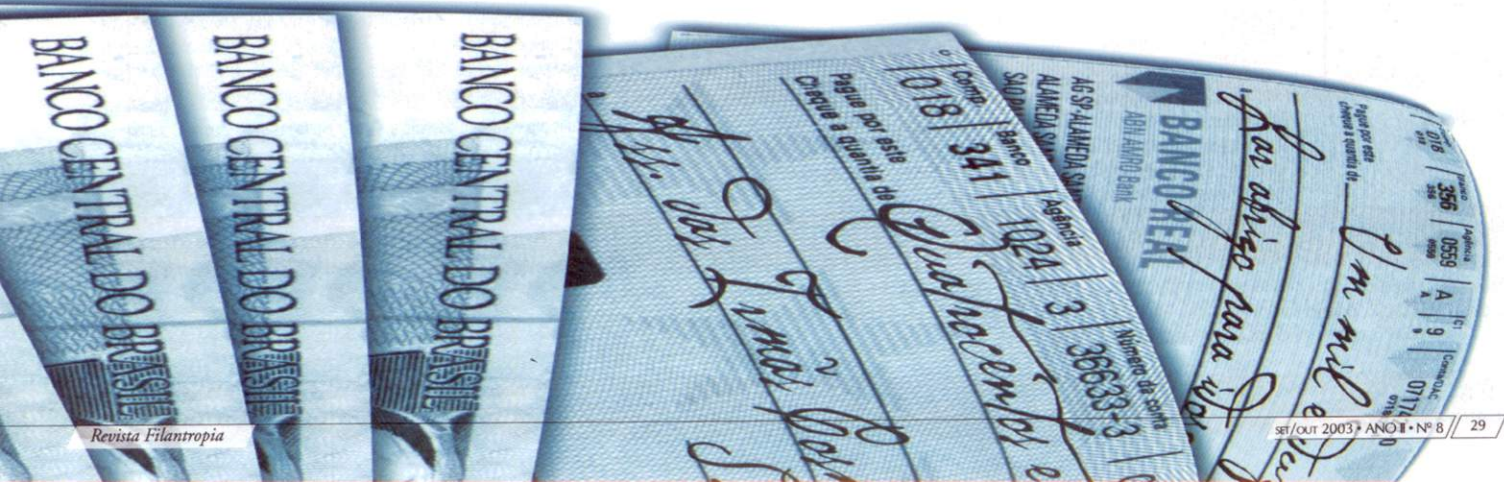


Lobo-guará, animal ameaçado de extinção

Distribuição de investimentos para as entidades brasileiras



FONTE: FGVSP, 2001



Agências financiadoras	Projetos financiados	Principais Projetos
Instituto Alcoa	Educação; saúde; meio ambiente; bem-estar social; melhorias habitacionais; saneamento básico; gestão urbana.	Banco de Leite, MA; ações comunitárias.
Instituto Ecofuturo	Cultura e artes; educação; meio ambiente; desenvolvimento sustentável.	Ler é Preciso, Brasil todo; Carvoeiro Cidadão, ES; Projeto Rio Vivo, MG; Parque das Neblinas, SP.
Instituto Xerox	Educação; cultura; esporte; meio ambiente; atividades que privilegiem a comunidade carente.	Biblioteca Digital Xerox; Projeto Olímpico da Mangueira; Programa de Envolvimento Comunitário; Fábrica de Livros; Centro Cultural Cartola.
Fundação Otacílio Coser	Educação; meio ambiente; promover a cidadania; desenvolvimento sustentável.	Educação e Ambiente, ES; Associação Junior Achievement, SP; Empreender para transformar, ES.
Fundação Educar DPaschoal	Práticas educacionais para adolescentes; voluntariado universitário; acesso à informação; estímulo à leitura.	Academia Educar; Agência Protagonista de Informações e Serviços; Aprendiz do Futuro.
FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade	Manejo sustentável de florestas naturais; conservação de ecossistemas naturais em propriedades privadas; manejo sustentável de recursos pesqueiros; agricultura e biodiversidade; gestão de unidades de conservação	Sustentabilidade e Certificação Florestal na Mata Atlântica – SOS Mata Atlântica, SP; Terra Viva, BA; Protegendo a Mata Atlântica – Fundação CSN, RJ.
Fundação O Boticário	Conservação da natureza; proteger locais de relevante significado ecológico e promover a conscientização conservacionista; criação, implantação e manutenção de unidades de conservação; pesquisa e proteção de espécies e populações importantes ou em risco, assim como de seus habitats; estímulo à criação, implantação e manutenção de áreas verdes e arborização urbana; recuperação de ecossistemas alterados ou degradados.	Reserva Natural Salto Morato, PR; Serra do Divisor, AC; Programa de Educação e Mobilização.
WWF Brasil	Conservação da natureza; harmonização da atividade humana com a preservação da biodiversidade e com o uso de recursos naturais.	Manejo de fauna pelos índios Xavantes, MT; estudo sobre as bacias hidrográficas do Distrito Federal; Parque Nacional de Fernando de Noronha, PE.
Ministério da Agricultura	Atividades agropecuárias; pequenas agroindústrias familiares; artesanato; turismo rural.	Pequenos e médios produtores rurais.
Ministério do Meio Ambiente	Incentivar a capacitação dos municípios para o licenciamento das atividades locais; gestão ambiental.	Antártico-Brasileiro; Programa de Recursos Hídricos; qualidade ambiental nos assentamentos humanos.
Ministério de Minas e Energia	Programas de energia renovável que levem luz a escolas rurais, postos de saúde, residências e pequenas unidades produtivas.	Luz no Campo
Fundação Ford	Desenvolvimento comunitário; meio ambiente; artes e cultura; educação; sexualidade e saúde reprodutiva; governo e sociedade civil; direitos humanos.	Financiamento de até três anos para pós-graduação.
Fundação Belgo Mineira	Educação; saúde; meio ambiente; assistência social; desenvolvimento comunitário.	Pequeno Jardineiro; Menino Jardineiro; Guarda Mirim; Cidadãos do Amanhã; Trilhas da Cultura.
BrazilFoudation	Educação; saúde; direitos humanos; cidadania; cultura.	Estúdio de Som – Casa do Zezinho, SP; Família de Preso – SEMPRI, PE; Projeto Aplysia – Aplysia Cia. Dança, SC.
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento	No setor público: redução de pobreza; modernização do estado; meio ambiente e competitividade. iniciativa privada: infra-estrutura e serviços públicos como transporte, energia, saneamento e telecomunicações.	Desenvolvimento Sustentável na Zona da Mata, PE; Microempresas do Nordeste; Desenvolvimento Sustentável do Acre; Água e Saneamento de Goiânia; Paraná Urbano II.
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente	Meio ambiente; pesquisas com instituições acadêmicas e ongs; energia renovável; recursos hídricos.	Palestras com os seguintes temas: Desenvolvimento Sustentável; O Estado do Meio Ambiente Mundial; Agenda 21; Cidadania e Meio Ambiente; ISO 14000 e Mitos e Realidades no Meio Ambiente. Parceiro da UFRJ no curso de pós-graduação em Gestão Ambiental.
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	Saúde (HIV); políticas ambientais; redução da pobreza; energia; informações e comunicações tecnológicas; gestão democrática.	Projetos em parceria com o governo brasileiro.
DFID – Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido	Desenvolvimento sustentável do meio ambiente; serviços de saúde; governança; capacitação, assistência e cooperação técnica.	Programas com o TCU, Secretaria de Economia da Saúde (SESA), Secretaria de Saúde do Ceará; Bioma do Cerrado, em parceria com a EMBRAPA; Instituto Pirapama.
BIRD – Banco Mundial	Desenvolvimento social e econômico; ajuste fiscal sustentável; combate à pobreza; infra-estrutura; recursos hídricos.	Projeto de combate à pobreza rural em diversos estados brasileiros; Trens metropolitanos de Fortaleza; Gasoduto Bolívia – Brasil; Fundo para o Meio Ambiente.
UNESCO	Educação; cultura; meio ambiente; ciências sociais; direitos humanos; comunicação; informação; informática.	Programas em parceria com a Coordenação Nacional DST / AIDS / Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos / Ministério da Justiça, Ministério da Educação, Instituto Ayrton Senna, Viva Rio, ISER, Instituto PÓLIS, CONSED, UNDIME, universidades federais, estaduais e privadas em diversos estados e a Fundação Oswaldo Cruz.
W.K. Kellogg	Aplicação prática de recursos e conhecimento para melhorar a qualidade de vida; comunicação; desenvolvimento comunitário; economia popular; filantropia, voluntariado e lideranças; educação; fortalecimento de organizações da sociedade civil; meio ambiente; desenvolvimento rural sustentável; saúde; segurança alimentar.	Projetos voltados à preservação do meio ambiente em todas as regiões brasileiras.
Fundação Interamericana	Desenvolvimento de parcerias com os setores público e privado; aprendizagem (educação).	Desenvolvimento; gestão empresarial; produção alimentar; agricultura; educação; treinamento; serviços comunitários; pesquisa e divulgação.
USAID – U.S. Agency for International Development	Crescimento econômico; desenvolvimento agrícola; meio ambiente; educação e treinamento; assistência humanitária; saúde e nutrição; democracia e governabilidade; mudanças climáticas; uso eficiente de energia.	Programas de prevenção à AIDS; uso correto da terra; manejo e sustentabilidade.
The Rockefeller Foundation	Artes e humanidades; ciências da saúde; ciências populacionais; meio ambiente.	Programas culturais.

Recursos	Objetivos/Critérios	Contato
R\$ 3,9 milhões	Ajuda associações beneficentes com base comunitária a se tornarem economicamente mais auto-sustentáveis, oferecendo meios de aplicação das estratégias de negócio a suas metas. As organizações participantes darão assistência a outras, compartilhando as lições que aprenderam e aumentando o impacto dessa iniciativa.	 www.alcoa.com.br/respsocial
R\$ 1,5 milhão	Estão focados, primeiramente, nos próprios projetos, em parceria com outras ONGs, comunidade e governo locais, líderes comunitários e iniciativa privada. Apóiam iniciativas que se dediquem ao social e ao meio ambiente, visando, a longo prazo, que se tornem auto-suficientes economicamente. A prioridade são os empreendimentos que gerem emprego local e promovam a capacitação profissional.	 www.ecofuturo.org.br
Não divulgados	Desenvolvem, implementam e mantêm projetos voltados para a criança e o adolescente carentes, bem como programas culturais que possam contribuir para o aprimoramento das atividades ligadas ao campo das artes em geral; estimulam e apóiam movimentos que visem a preservação do meio ambiente. As propostas são recebidas o ano todo. Existem células de solidariedade por todo o País.	 www.ebusiness.xerox.com/instituto
R\$ 50 mil	Acreditar no potencial criativo de todo ser humano e na construção de um mundo mais justo são premissas para as ações da Fundação Otacílio Coser. Essas atividades contam com os talentos e as atitudes de cada colaborador do Grupo Coimex que se torna voluntário e contribui para as mudanças sociais no Brasil.	 www.foco.org.br
Não divulgados	Visam o desenvolvimento de conhecimentos e práticas educacionais para adolescentes e a transferência de conteúdo para outras empresas e escolas. Têm como missão estimular pessoas, instituições e governos a adotarem a educação para a cidadania como prioridade estratégica.	 www.educar.com.br
R\$ 5,6 milhões	As chamadas são realizadas por meio de editais e, a partir daí, o proponente precisa demonstrar a importância de seu projeto na conservação e manejo da biodiversidade. Só então que ele apresenta a proposta. A formatação obedece à publicação de novos editais com prioridades específicas a serem consideradas, que determinam quais projetos serão apreciados e posteriormente aceitos, o que não ocorre com periodicidade definida. Na primeira chamada foram apresentadas 1083 cartas-consulta, das quais 10 projetos saíram vencedores do processo de seleção.	 www.funbio.org.br
US\$ 4,9 milhões	O proponente deve estar atento ao calendário previamente estabelecido. As iniciativas encaminhadas obedecem à formatação indicada no formulário encontrado no site da fundação. O Boticário patrocina somente projetos ligados à conservação da biodiversidade pelo Programa de Incentivo à Conservação da Natureza, que é subdividido nas seguintes áreas temáticas: Áreas Verdes, Unidades de Conservação e Pesquisa, e Proteção da Vida Silvestre. Em média, por ano, cerca de 50 projetos são apoiados pela empresa.	 www.fundacaoboticario.org.br
US\$ 19 milhões	Pré-formatação exigida. Aceitam projetos o ano todo. Informações atualizadas no site.	 www.wwf.org.br
R\$ 5,4 bilhões (2003/2004)	Disponibilizam linhas de crédito a partir das normas gerais do crédito rural do Banco Central do Brasil para os agricultores familiares, que são classificados conforme os níveis de renda que alcançam pela atividade agropecuária desenvolvida no estabelecimento agrícola.	 www.agricultura.gov.br
R\$ 50 milhões	As propostas devem ser enviadas ao CONAMA — Conselho Nacional do Meio Ambiente. Mais informações no site.	 www.mma.gov.br
R\$ 1,7 bilhão	As propostas devem ser endereçadas por meio das Coordenações Estaduais, onde se encontra o modelo do formulário exigido para a obtenção de recursos. Não há prazo para o envio. A escolha é analisada conforme a ordem de recebimento.	 www.mme.gov.br
US\$ 13 milhões	Qualquer indivíduo ou instituição legalmente constituída pode solicitar uma doação da Fundação Ford, em qualquer época do ano. Não existe formatação obrigatória.	 www.programabolsa.org.br/fford
R\$ 6 milhões	No caso da fundação, como os programas são viabilizados por meio de recursos próprios e de incentivos fiscais, a manutenção e a dimensão anual dos projetos depende do volume de recursos próprios e do volume de impostos gerados e disponibilizados pelas empresas do Grupo Belgo. Uma das formas de se contornar essa dificuldade tem sido a busca de parcerias com outras empresas instaladas nas mesmas cidades, indiretamente beneficiadas pelo programa, para compartilhar os investimentos quer seja com aporte de numerário ou de recursos humanos e materiais.	 www.fundacaobelgomineira.org.br
US\$ 150 mil	Por meio do envio de projetos numa das cinco áreas aceitas pela fundação, os candidatos devem seguir a formatação exigida e encaminhar as solicitações até fevereiro. As avaliações são feitas pelas características apresentadas e a relevância do projeto.	 www.brazilfoundation.org
US\$ 2 bilhões	Não existe formatação padrão para os projetos do BID. No caso dos programas do setor público, eles devem ter o aval da União, uma vez que implicam o endividamento do setor (e há restrições para isso no acordo do Brasil com o FMI). O formato vai depender do tipo de projeto, da sua complexidade e do setor. Na maioria dos casos, o banco realiza análises técnicas, econômicas, institucionais, financeiras, sociais e ambientais como requisito para aprovar uma operação de financiamento.	 www.iadd.org/ext/pot/temas/sc.htm
Não divulgados	Os projetos podem ser encaminhados pelo escritório brasileiro, sediado em Brasília. Exige formatação prévia.	 www.brasilpnuma.org.br/opnuma
Não divulgados	Os projetos podem ser encaminhados pelo escritório brasileiro, sediado em Brasília. Exige formatação prévia.	 www.undp.org.br
Não existem quantias predeterminadas. Em 2003, foram liberadas £ 8 mil.	Todos os projetos são avaliados em conjunto com o governo brasileiro. Os recursos provêm do governo britânico. O DFID é uma agência doadora de recursos e capacitação técnica.	 www.dfid.gov.uk
50% do custo total do projeto	Inclui antecedentes e os desempenhos econômicos e sociais mais recentes; os objetivos do governo e os desafios por ele enfrentados; o diagnóstico das questões-chave; a Estratégia de Assistência do Grupo do Banco Mundial; perspectivas, avaliação dos riscos, problemas de implementação e indicadores de referência; a matriz do programa do país, com a combinação proposta de projetos (de empréstimos); trabalhos analíticos e assistência técnica.	 www.obancomundial.org
Não divulgados	Não tem restrições quanto a quem pode se candidatar. Os projetos devem ser enviados contendo a proposta resumida, durante todo o ano.	 www.unesco.org.br
US\$ 10 milhões	Podem se candidatar organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, organizações de ensino e órgãos governamentais. Não existe formulário. Os interessados devem encaminhar pré-proposta via correio, escrita em poucas páginas, explicando o problema a ser abordado, a estratégia e a ação.	 www.wkkf.org
US\$ 17 milhões	Aceita projetos enviados até 31 de julho — 1º ciclo, e 31 de dezembro — 2º ciclo. Deve conter carta de apresentação narrativa de no máximo 15 páginas e proposta de orçamento. No site estão todos os modelos para a formatação do projeto.	 www.iaf.gov
US\$ 17,5 milhões	No Brasil, a USAID se mobiliza também em prol das políticas de saúde, sobretudo as que trabalham no controle, educação e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Governos estaduais, prefeituras, entidades filantrópicas, universidades e outros organismos podem consultar a publicação Normas de Financiamento de Programas e Projetos Mediante Celebração para visualizar a formatação do envio de projetos, de acordo com planos de trabalho sugeridos pelos entidades e órgãos parceiros do Ministério da Saúde.	 www.usaid.gov
US\$ 325 mil	É necessário enviar carta de interesse contendo proposta, ação e metas já atingidas (ou a serem alcançadas).	 www.rockfound.org

Por
ROBERTO RAVAGNANI

Criando criaturas criadoras

Com mais de 35 anos, o MOC – Movimento de Organização Comunitária – ensina comunidades a caminhar com as próprias pernas, melhorando suas condições socioeconômicas

Quem nunca ouviu a metáfora da criatura que se tornou mais forte que o criador? O MOC – Movimento de Organização Comunitária –, situado em Feira de Santana, na Bahia, é um típico criador que comemora o desenvolvimento de suas criaturas, vendo o próprio trabalho realizado e recompensado pelas conquistas daqueles que, com ele, aprenderam a caminhar.

Um exemplo vivo é a Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente, cidade com pouco mais de 19 mil habitantes, a 238 quilômetros de Salvador. A atuação desse grupo principiou há vinte anos, quando agricultores começaram a desenvolver, a partir de orientações do MOC, formas para melhor aproveitar o sisal (fibra utilizada na produção de diversos itens). Por meio dos novos conhecimentos e técnicas, os resultados são constantemente aprimorados. A asso-

ciação trabalha o sisal profissionalmente, hoje em dia exportando tapetes e bolsas, entre outros produtos. Segundo Naidison de Quintella Baptista, secretário-executivo do movimento, “ela gera 850 empregos diretos em uma cidade de população pequena, chegando a empregar mais que o próprio governo municipal”.

Projetos de desenvolvimento sustentável

Desde que foi fundado em 1967, o MOC tem direcionado sua atividade em prol das comunidades menos favorecidas, discriminadas, sejam elas da periferia urbana ou de zonas agrícolas. “O desafio constante é promover o aparecimento de associações, para que elas construam a própria história e conquistem autonomia”, diz Naidison.

Atualmente, 30 municípios do semi-árido baiano contam com ações da instituição, que atingem aproximadamente 70 mil pessoas. E, para que as comunidades se tornem capazes, existe todo o esforço de assessorar, habilitar e apoiar – elaborando materiais, estando presente, discutindo, refletindo, criticando e sendo criticado, propondo –, contudo atento sempre a nunca substituir a ação dos próprios grupos. Assim, o movimento vem contribuindo para o

desenvolvimento sustentável da região sisaleira, especialmente na busca pelos direitos, além de dar exemplos de projetos para o governo, interferindo diretamente nas políticas públicas.

Procurando cumprir sua missão, o MOC possui linhas diretas de atuação, que se subdividem em projetos específicos, abordando as necessidades sociais da região em que opera. A organização trabalha pela melhoria da qualidade de vida das famílias de agricultores com o Programa Agrícola. Também incentiva a busca dos direitos das mulheres pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, integrante do Programa de Gênero. Já o Programa de Educação Rural capacita professores camponeses em parceria com as prefeituras, além de formar monitores da Jornada Ampliada (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) juntamente com o Governo Federal. Outro projeto que chama a atenção na linha da educação rural leva o nome de Baús de Leitura. Naidison explica que tal iniciativa tem como objetivo difundir a leitura prazerosa e crítica entre as crianças da área agrícola. “Já foram distribuídos 603 baús de sisal com 45 livros em cada, o que

Ações do MOC
estão em 30
municípios, atingindo
70 mil pessoas

DIVULGAÇÃO



Colaboradores do MOC em atuação junto às comunidades do semi-árido baiano





A organização vem contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região sisaleira, especialmente na busca pelos direitos, interferindo diretamente nas políticas públicas

abrange cerca de 400 professores e 24 mil crianças". Por meio do Programa de Políticas Públicas, a organização ainda incentiva a participação da população na definição das políticas públicas, tentando inserir no debate as questões que mais afligem as comunidades.

Parcerias

Ao se observar a amplitude das atividades da instituição, surge naturalmente a dúvida sobre a capacidade de gerenciar e garantir a qualidade de todas as iniciativas. Então, faz-se necessário conhecer a fórmula para o sucesso nesses mais de 35 anos de intervenção social. O segredo? Trabalho em parceria – seja com as lideranças das comunidades beneficiadas pelos projetos ou com profissionais estrangeiros voluntários, que emprestam seu conhecimento para o atendimento dos objetivos. Assim, sempre que uma nova ação social é iniciada, são envolvidas as lideranças locais, como igrejas e sindicatos, criando senso de propriedade e uma rede capaz de tocar a bola para frente. Afinal, o trabalho do MOC se espalha num raio de 500 quilômetros e seria inviável, além de pouco inteligente, almejar a onipresença.

Além de braços para empreender suas ações, o movimento, bem como tantas outras entidades do Terceiro Setor, precisa de apoiadores institucionais e, principalmente, financeiros. Em tal quesito, a organização dá exemplo de estratégia na captação de recursos, uma vez que grande parte de sua verba vem de organismos internacionais, o que comprova competência na hora de elaborar e executar as propostas. Segundo Naidison "há financiamentos oriundos do Unicef, assim como de Portugal, Holanda, Espanha, EUA, Bélgica, Áustria e Alemanha". Normalmente, esses parceiros tradicionais asseguram apoio por um prazo médio de três anos. "Quando o projeto atinge a me-

tade do último ano, um representante do órgão apoiador vem até nós para a definição do próximo passo. Ou seja, não basta elaborar um bom projeto no papel, com o risco de não se ter a parceria renovada. É preciso cumprir o estabelecido para dar sequência ao trabalho", esclarece.

No entanto, nem tudo são flores na captação internacional de recursos. É importante ressaltar que essa fonte tem diminuído seu volume com o tempo, em função de restrições de recursos para países latino-americanos. A explicação, segundo o secretário-executivo, "é a migração de financiamentos para países da África, Ásia e Europa Oriental". Apesar disso, nota-se que 50% da verba ainda é proveniente de fora do País, 12% vêm do empresariado e 38%, do governo. Para que as ações sociais não sejam prejudicadas, o MOC vem desenvolvendo novas formas de captar recursos, somando esforços com o mundo empresarial e solidificando parcerias com as três esferas governamentais.

Existem parcerias com a municipalidade, por exemplo, na capacitação de professores da rede de ensino. Com os governos estadual e federal, há a destinação de verbas para as iniciativas, muitas delas inseridas, inclusive, nas políticas públicas.

Desafios

Naidison acredita que o MOC compartilha um dos maiores dilemas do Terceiro Setor na atualidade: "Estamos buscando entender como nos inserir melhor na nova conjuntura política, que demonstra crescente interesse em gerar parcerias intersetoriais".

A instituição compreende que a sua causa – a organização comunitária – não é um objetivo que pertence a si mesma, mas sim ao desenvolvimento do País. Dessa maneira, pretende cada vez mais colocar à dis-

posição das comunidades da região sisaleira baiana sua capacidade de ensinar as criaturas a se tornarem criadores. Criadores de um futuro equilibrado e sustentável. Criadores de um Brasil melhor. ✎

OS NÚMEROS DO MOC

- 30** municípios do semi-árido baiano contam com a presença do MOC
- 70** mil pessoas beneficiadas
- 230** professores da rede pública de 9 cidades já capacitados
- 603** baús de leitura com 27 mil livros distribuídos para 24 mil crianças
- 4** mil famílias orientadas sobre a seca
- 23** cooperativas de crédito formadas
- 60** funcionários



Informações

MOC – Movimento de Organização Comunitária

Rua Pontal, 61 – Cep 44017-170
Feira de Santana/BA

www.movimento.hypermart.net

Tel: (75) 221-1393 / Fax: (75) 221-1604

moc.ba@uol.com.br

Apoio
neste artigo



De braços dados com a

Organização capixaba realiza ações que facilitam o diagnóstico e o tratamento do câncer infantil, considerando aspectos físicos e psicológicos para dar melhor condição de vida às crianças

A Associação Capixaba Contra o Câncer Infantil trabalha há 15 anos para oferecer suporte emocional, financeiro e terapêutico de boa qualidade a crianças carentes

O ano era 1994, época na qual Rosângela ainda era criança. Como uma garota normal, desenhava cenários para o vasto futuro que se apresentava diante dela. No entanto, um fibro sarcoma – espécie de tumor maligno – a fez alterar as prioridades. Naquela situação, mais importante que sonhar com o amanhã era lutar pelo hoje. E o combate ganhava em dramaticidade cada vez que sua mãe calculava se teria dinheiro para se deslocar da periferia de Vitória, no Espírito Santo, até o hospital onde ocorreria a próxima sessão do tratamento. Além disso, a mesa quase vazia dava indícios da necessidade de algum tipo de auxílio externo. Foi nesse momento que a Associação Capixaba Contra o Câncer Infantil (Acacci) entrou em cena.

Apoio aos mais carentes

Fundada em 1988, a entidade fez grande diferença na vida de Rosângela, ao fornecer notável suporte para que o tratamento não fosse interrompido. Desde oferecer espaço especial para os momentos mais duros do tratamento até a compra das passagens de ônibus e doação de cestas básicas na fase de acompanhamento, a Acacci esteve presente. O resultado não poderia ter

final mais feliz, apesar de todas as variantes negativas: ela venceu o câncer e, desde então, vem, pouco a pouco, retomando a própria vida. Contudo, a relação com a organização não foi interrompida com a cura. Segundo Suely Miranda Có, presidente da associação, “atualmente, Rosângela é uma competente funcionária do setor de telemarketing da Acacci”. Recém-casada, ela segue seu caminho de braços dados com as pessoas que foram fundamentais na sua recuperação.

Essa é a forma de atuação da Acacci, que também procura lutar junto aos órgãos competentes por melhores condições de assistência promovendo, o estudo da doença e do tratamento, também tornando-os conhecidos para a sociedade.

Trajetória

A associação foi criada por um grupo de pais de crianças portadoras de câncer e profissionais da área, que se organizaram para apoiar o setor de oncologia do Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória. Suely lembra que o atendimento se dava em “instalações inadequadas e era preciso dar suporte às famílias das crianças atendidas, que passavam por grandes dificuldades sociais e vinham do interior do próprio estado, do sul da Bahia e leste de Minas Gerais”. Segundo ela, tais fatores acabavam impossibilitando o esquema terapêutico e, conseqüentemente, a possibilidade de cura.

Em 15 anos, a organização já atendeu 1.373 pessoas, incluindo crianças, adolescentes e acompanhantes. Atualmente, são 420 pessoas que têm na Acacci um ponto de apoio, tanto financeiro quanto emocional. Uma equipe de aproximadamente 30 funcionários fica responsável pela parte administrativa, limpeza, cozinha, assistência social transporte, entre outras ações.

Estudos não são interrompidos

A Acacci tem motoristas responsáveis

Evento de Natal promovido para as crianças atendidas



Por

FELIPE MELLO E ROBERTO RAVAGNANI

Fachada da casa onde
se localiza a ACACCI



pela condução de dois carros – um para recolher doações e outro para transportar os pacientes da organização até o hospital. “Um deles foi adquirido com a quantia arrecadada pelo McDia Feliz de alguns anos atrás”, afirma a presidente da associação. Tal parceria vem sendo responsável por muitas conquistas, entre elas, a reforma da casa e da enfermaria hospitalar, fora a construção de uma sala de aula com computadores dentro do próprio hospital. O espaço vem cumprindo papel fundamental, já que permite às crianças internadas o acompanhamento escolar, evitando a perda do ano letivo. Hoje, tem capacidade para 15 alunos. Suely faz questão de frisar que “quando a criança não pode sair da cama e se deslocar até a sala de aula, a professora vai até o leito e dá sequência ao processo de ensino”.

Origem dos recursos

Além da parceria com empresas, a organização realiza anualmente um baile e um chá-bazar, possui estratégia de telemarketing e recebe apoio financeiro e de serviços de uma rede de parceiros. Outra questão importante é envolver a comunidade rumo à conquista dos objetivos. Um exemplo é o bazar realizado ao final de cada ano, evento que mobiliza a comunidade local e gera renda por meio da venda dos convites e dos produtos produzidos pelos próprios atendidos. Os itens são resultado das oficinas de corte e costura, bordado e pintura que o grupo atual de 80 voluntários desenvolve regularmente com pacientes e acompanhantes com o intuito de atenuar o estresse e possibilitar o aumento da renda familiar. “Já foram registrados casos de mães que aprenderam um ofício e o transformaram em atividade profissional”, diz a presidente da organização.

O selo “Compromisso com a Criança”, oferecido a empresas parceiras, também é exemplo de sucesso em captação. É consequência de um trabalho desenvolvido pela entidade em conjunto com um grupo de

universitários da Ufes (Universidade Federal do Espírito Santo). Atualmente existem 56 empresas associadas que contribuem financeiramente ou por prestação de serviços, como lavagem de roupa de cama ou elaboração de campanhas de comunicação.

Transparência

Buscando fortalecer a relação com os apoiadores, a Acacci preza pela transparência na gestão dos recursos: apresenta anualmente um balanço de atividades em jornais de grande circulação no Espírito Santo, dando conta do destino dos recursos que, no último ano, somaram cerca de R\$ 936 mil. Suely lembra que “recentemente, a organização passou por forte processo de auditoria, uma vez que estava concorrendo ao prêmio Bem-Eficiente de 2003. Felizmente ganhamos o prêmio, o que indica tudo certo em nossa contabilidade”.

Assim como Rosângela – personagem que simboliza a missão da organização nessa matéria –, a Acacci planeja seu futuro e tem ciência dos desafios. Há pouco tempo, uma extensa área foi comprada a fim de que uma nova sede pudesse ser construída. Isso porque a capacidade atual está no limite e o aluguel é um peso no orçamento. A edificação acontecerá de forma modular, havendo, inclusive, espaço destinado ao tratamento de pacientes de transplante de medula, serviço nem mesmo disponível na rede hospitalar do Estado.

Dessa maneira, a associação vem perseguindo seus objetivos, organizando ações de apoio emocional, moral, social e educativo às crianças portadoras da doença e às famílias, tornando o tratamento menos doloroso. “Oferecer tratamento adequado contra câncer infantil é criar a possibilidade de se voltar para casa, de voltar a sorrir, a brincar, a ter uma vida normal”, conclui Suely. 🐾

NÚMEROS DA ACACCI

- 1.373** pessoas atendidas na história da associação, sendo 420 em tratamento
- 1.228** famílias beneficiadas pelos projetos de apoio
- 80** voluntários atuantes e histórico de 300 que já colaboraram com a organização
- 56** empresas associadas ao selo “Compromisso com a Criança”
- 78** mil reais é o faturamento mensal da casa
- 72** mil reais são gastos mensalmente



Informações

Rua Elzira Vivacqua, 127
CEP 29090-350 – Vitória/ES

www.acacci.org.br

Tel: (27) 3347-3998 / Fax: (27) 3337-9004

Apoio
neste artigo

CANTO
CIDADÃ

Por
FELIPE MELLO



Pelos direitos dos animais

Há dez anos buscando proteger os animais, a Arca Brasil prova que a informação é a melhor ferramenta para aperfeiçoar a relação homem-animal

Em 1996, o município de Taboão da Serra, vizinho da capital paulistana, decidiu tratar de forma diferenciada a questão da posse responsável de animais. Era preciso agir perante o desequilíbrio causado pela falta de informação dos donos de cães e gatos, fator que fomentava a grande população de animais de rua. A medida encontrada foi a união, envolvendo integrantes da saúde pública, veterinários da cidade e população, cuja articulação resultou em uma organização não-governamental: a Arca Brasil.

Soluções em parceria

O trabalho de conscientização saiu do papel em diversas frentes. A prefeitura, pelo Centro de Controle de Zoonoses, passou a doar medicamentos para as clínicas veterinárias, que realizam, desde então, as castrações a preços acessíveis para toda a população. Atuando no cerne do problema, surgia uma alternativa eficiente para a procriação descontrolada a partir de um programa de controle de natalidade de cães e gatos. Segundo Marcos Ciampi,

diretor da Arca Brasil, a diminuição do valor cobrado pela esterilização dos animais tem papel decisivo no sucesso desse tipo de ação. "Não adianta fazer o convite por meio de campanhas educativas e cobrar R\$ 300 para fazer a castração de uma cadela de porte médio, por exemplo", explica. Para ratificar a tese, a iniciativa em Taboão da Serra trabalhou para que houvesse redução de até 70% nos preços, fazendo a cidade alcançar recorde nacional de animais castrados, com 25% do total.

Os mais ligados à área financeira podem certamente indagar se os veterinários não tiveram prejuízo com a concessão de descontos tão expressivos. A Arca Brasil, prevendo a dúvida, tem estratégia para esclarecê-la: "Em nossas palestras, os profissionais contam sobre os avanços técnicos e financeiros que obtiveram com o convênio. As clínicas ganharam em experiência e compensaram o desconto com a quantidade de novos clientes", diz Ciampi. Em 1997, durante congresso realizado pela ONG, houve a exposição do caso Taboão, juntamente

com a apresentação do relatório técnico – material que foi vendido para pelo menos outros 50 municípios que buscavam solução para o mesmo problema. Prova da pertinência da iniciativa, também se tornou modelo para a OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde.

Assim atua a Arca Brasil: criando projetos para conscientizar a sociedade e influenciar políticas públicas, a fim de evitar o sofrimento dos animais.

Trabalho que serve de modelo

Criada há quase dez anos, a instituição vem batalhando para superar os desafios de quem busca proteger os animais. "Essa causa é discutida há mais tempo que as questões ambientais e, mesmo assim, é ainda pouco desenvolvida e recebe bem menos recursos", lembra Marcos. Durante sua existência, a Arca Brasil já realizou inúmeros eventos, como congressos, exposições e mobilizações, além de ter participado como convidada em diversos outros, dentro e fora do Brasil. De fato, a informação é o ponto-forte

O objetivo da organização é promover a posse responsável de animais, evitando abandono e maus tratos por meio da conscientização



Manequim da campanha Ensino Sem Dor propõe alternativa ao estudo com animais

da atuação da entidade, cuja capacidade de mobilização e difusão de conhecimentos, além da intermediação entre setores técnicos é apontada como suas armas mais poderosas na melhoria da relação homem-animal. Tama- nha dedicação ao tema a tornou referência para entidades governamentais e não-go- vernamentais na realização da ponte entre profissionais (em particular, os médicos ve- terinários), saúde pública, proteção animal e sociedade.

Voluntariado

O recurso humano é outro fator decisivo para o sucesso ou o fracasso e, no Terceiro Setor, a mão-de-obra voluntária agrega muito valor às iniciativas. A Arca Brasil não foge à regra, uma vez que tem um banco de dados com 300 voluntários cadastrados, sendo que 50 já participaram de ações da entidade. “Selecionamos os voluntários com o perfil desejado que recebem treinamento adequa- do”, informa. Apesar do grande número de interessados, não há um corpo regular de vo- luntariado, já que as atividades acontecem de forma pontual, e não sequencial.

Um exemplo de evento com o apoio de voluntários foi a exposição fotográfica realizada em 1999 no Conjunto Nacional, na capital de São Paulo, que teve como tema os preconceitos sofridos pelos gatos e as consequências disso no dia-a-dia. Para atrair a atenção de mais de 10 mil visitantes, a mostra apresentou imagens feitas por 14 fotógrafos, além de cartazes elaborados para sensibilizar os especta- dores. O resultado, segundo Ciampi, foi muito positivo: “Fomos até convidados para apre- sentar o caso no maior evento de proteção animal do mundo, a *Animal Care Expo*, que aconteceu na cidade de Reno, nos EUA”. Serviu de modelo para provar que, fora o estímulo a debates técnicos promovidos pelos congressos, a arte também deve ser acionada para constituir opiniões e expres- sar conceitos.

Mudança para OSCIP

Tentando fortalecer uma de suas áreas de interesse – a interação com as políticas públicas – e gerar alternativas de captação de recursos, a organização estuda a possi- bilidade de se tornar uma OSCIP (Organiza- ção da Sociedade Civil de Interesse Público). Dessa forma, termos de parceria poderão ser elaborados junto às esferas governamentais, fazendo com que o conhecimento de causa da Arca Brasil seja colocado à disposição de um número cada vez maior de adminis- tradores públicos. Além disso, tornando-se OSCIP, a entidade deverá trabalhar com mais naturalidade a questão da remuneração do corpo diretivo e a elaboração de projetos junto ao empresariado, fazendo-se valer dos incentivos fiscais proporcionados pela Lei das OSCIPs (9.790/99).

Sustentabilidade

Enquanto não efetiva a transição para o novo modelo, a ONG vem captando re- cursos de certas linhas centrais: venda de produtos com a marca Arca Brasil, doações de entidades internacionais, assinaturas do informativo trimestral e realização de eventos. Atualmente, 15 lojas de produtos para animais comercializam artefatos da Arca Brasil. São bonés, camisetas, sacolas e adesivos colocados à disposição dos consu- midores que simpatizam com a causa. Ciampi informa que algumas lojas recebem comissão sobre as vendas, ao passo que outras abrem mão do percentual. “Nossa meta é conseguir pagar os custos fixos da entidade. Já alcança- mos 20% do valor necessário e, para avançar mais, vamos ampliar os pontos de venda de nossos produtos”. A Internet responde por quase metade das vendas: “Nosso site tem ambiente seguro para transações comerciais e aceitamos cartões de crédito como forma de pagamento”, completa o diretor.

OS NÚMEROS DA ARCA BRASIL

- 10** anos de atuação em 2003
- 1.500** multiplicadores de informação de 12 países reunidos em congressos
- 25%** de animais castrados em Taboão da Serra, recorde nacional
- 300** voluntários cadastrados



Apoio
neste artigo



Informações

Arca Brasil – Associação Humanitária de Proteção e Bem-Estar Animal
Rua Wisard, 273, casa 3 – CEP 05434-080
– São Paulo/SP

arcabrasil@arcabrasil.org.br

www.arcabrasil.org.br

Tel: (11) 3031-6991

Direitos e deveres do voluntário

Como entidades e pessoas interessadas em trabalhar nas organizações sem fins lucrativos devem se portar para evitar conflitos

A atuação voluntária é antiga, mas, devido ao crescimento da procura por pessoas interessadas em ajudar as entidades, foi preciso regulamentá-la. Por isso, com o intuito de distingui-la e fixar um limite entre o serviço voluntário e a relação de emprego, surgiu a lei nº 9.608/98 que direciona juridicamente o trabalho voluntário.

Com essa lei, foi criado o Termo de Adesão, que se trata de um contrato estabelecido entre organizações e voluntários. O pacto existente entre ambos deve obedecer às mesmas características do contrato: partes capazes, objeto lícito e forma prescrita em lei. A função é documentar a procura de proponentes ao exercício voluntário com a conseqüente oferta de suas limitações e, de outro lado, o compromisso de uma pessoa em prestar serviços sem receber pagamento por isso.

O termo assinado pelo voluntário é, na verdade, uma declaração unilateral de quem se coloca à disposição para prestar determinado tipo de serviço a certo tipo de entidade ou população. Logo, há duas propostas: uma da instituição e outra do voluntário.

Para que elas sejam cumpridas e aceitas é preciso que estejam em conformidades com o Código Civil brasileiro, artigo 1.080: "A proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário

não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso".

Ou seja, quando uma entidade se propõe a aceitar voluntários é preciso verificar se o trabalho também deve ser adequado às características pessoais do prestador de serviços.

Convém, portanto, deixar claro que a alocação do voluntário dependerá da avaliação de suas características particulares por parte da organização. Tal terminologia seria suficiente para evitar uma série de contratempos e constrangimentos desnecessários.

Dessa primeira análise, pode-se concluir que o voluntário não tem necessariamente direito a prestar os serviços, ele apenas o torna disponível à instituição. Por outro lado, a entidade pode exigir a prestação do serviço a que se propôs o voluntário.

É preciso ressaltar que a proposta da organização também obriga a mesma naquilo que assinar.

Segundo determina a lei do voluntariado, os direitos do voluntário frente à instituição são:

Ressarcimento de despesas

A lei diz: "o prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias".



Quando aponta “poderá”, fala também da obrigação da entidade em cumpri-lo. No entanto, essa obrigação se limita ao que a organização autorizar, prévia ou posteriormente. Isso ocorre porque, de acordo com a legislação, “as despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela instituição a que for prestado o serviço voluntário”.

Outros direitos podem ser estabelecidos no Termo de Adesão, mas é necessário ter cuidado para que eles não acabem por descaracterizar a relação.

Obrigação em prestar os serviços

Uma vez que o voluntário se “obriga” pessoal e livremente, nada pode impedi-lo de deixar de prestar esses serviços. Contudo, enquanto vigorar o termo, é de expectativa da organização que o voluntário preste o auxílio, sendo que os prejuízos oriundos de sua omissão são passíveis de serem ressarcidos.

Não se trata também de qualquer tipo de serviço ou serviço prestado de qualquer maneira. É de se esperar que o voluntário, dentro dos limites a que se obrigou, preste auxílio de boa vontade e de boa qualidade, razoáveis e compatíveis com a própria capacidade.

A responsabilidade do voluntário face à instituição e vice-versa

Tudo o que for confiado ao voluntário e por ele aceito será parte de sua obrigação. Assim, ele responde pelos danos que causar em sua ação ou omissão. O que regula esse princípio é o artigo 159 do Código Civil: “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência,

violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano (...)”.

Danos e prejuízos

O mesmo princípio deve ser aplicado à instituição, obrigando-a a reparar danos causados ao voluntário.

O que deve se observar em qualquer caso é a vinculação obrigatória entre a ação (ou omissão) e o dano causado, essencial para a apuração da culpa que, por sua vez, é premissa para a averiguação de responsabilidade.

É claro que se a organização e/ou o voluntário tomarem todas as medidas prévias razoáveis, necessárias e esperadas para impedir que o dano previsível aconteça, não há como responsabilizá-los. Um bom exemplo disso seria o trabalhador de construção civil que se recusa a usar os itens de proteção fornecidos: o dano causado é de inteira responsabilidade dele. Porém, caso os aparelhos não forem fornecidos, o dano será de responsabilidade do patrão.

Se o voluntário causar prejuízos por não ter prestado seus serviços, ou ainda prestá-los de forma irregular ou desleixada, a entidade pode cobrar dele. O mesmo acontecerá com a instituição que deixar de prestar atenção para a segurança dos voluntários e de todo o pessoal que tem sob sua coordenação.

A responsabilidade da organização face aos atos do voluntário

Quando uma pessoa representa outra, os danos causados pela primeira devem ser arcados pela segunda. Logo, se o voluntário causar prejuízos a alguém, essa pessoa pode exigir reparações da entidade. Em contrapartida, a instituição pode exigir

do voluntário o ressarcimento pelos danos que causou por sua responsabilidade, configurada na Constituição Federal: artigo 37, parágrafo 6º: “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”.

Do direito de obter prestação de contas

Há, afinal, um direito que não está previsto na lei, porém que decorre da execução do termo de voluntariado: o direito de se ter informações sobre a atividade da outra parte.

O trabalho voluntário se limita a certo tipo de auxílio prestado a determinada pessoa. Esses serviços se vinculam não somente às pessoas ou ao serviço em si, mas também ao fim a que se destinam, à correta e fiel utilização dos serviços prestados.

Logo, é natural que decorra da prestação de serviços voluntários o direito de obter prestação de contas quanto aos resultados deles, de saber e se certificar se a entidade pratica e atua da forma como se apresenta. Da mesma maneira, a organização tem direito de obter prestação de contas dos serviços executados e das circunstâncias nas quais ocorreram. 

Fonte: RITS – Rede de Informações do Terceiro Setor

Informações

 www.portaldovoluntariado.org.br
www.voluntarios.com.br
www.voluntariado.org.br



AGENDA/2003

- 09/2003 A Contabilidade do Terceiro Setor**
Realização: Econômica Desenvolvimento Empresarial
Tel. (11) 3161-5286
consultoria@economica.com.br
- 1º/09 Curso Responsabilidade Social e Terceiro Setor**
Realização: CEATS — Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor da FIA/USP
Local: Rua José Alves da Cunha Lima, 172, Butantã São Paulo — SP
Tels. (11) 3733-11 93 e 3735-7986
www.ceats.org.br
ceats_cursos@fia.com.br
- 20/09 a 25/10 (somente aos sábados) Curso "Gestão do Terceiro Setor"**
Realização: Assessoria e Desenvolvimento para a Excelência do Terceiro Setor - ADETS
Local: Rua Cincinato Braga, 77 São Paulo — SP
(Anfiteatro do Hospital Santa Catarina)
Tel. (11) 5071-3336 ou 5071-3392
terceiro_setor@terra.com.br
- 09 a 11/09 7ª edição da Semana do Terceiro Setor**
Realização: PUC Júnior Consultoria
Local: Rua Monte Alegre, 1024 São Paulo — SP (teatro Tuca)
Tel. (11) 3670-8565 ou 3670-8186
www.pucjunior.com.br
- 10 a 13/09 Fórum Internacional de OSCIPs e ONGs**
Local: Hotel Blue Tree Park Brasília — DF
Tels. (61) 326-4235 e 327-2361
www.fioo.org.br
- 10 a 13/09 VI Encontro Internacional de Fundações do Mercosul**
Realização: FIJO
Local: Centro de Evento da PUC de Porto Alegre, prédio 41, Campus Central Porto Alegre — RS
Tel. (51) 3339-1692
www.fijo.com.br ou fundacao@fijo.com.br
- 16 a 19/09 I Jornada Internacional de Políticas Públicas**
Tema: O Trabalho e as Desigualdades Sociais na Atual Reestruturação Capitalista
Local: Universidade do Bagaço Avenida dos Portugueses, s/nº São Luís — MA
Tel. (98) 217-8455
polipub@ufma.br
- 16 a 19/09 Curso Planejamento Estratégico**
Realização: Aiubá Projetos e Cidadania
Local: Rua Marechal Câmara, 186, 5º andar Rio de Janeiro — RJ
Telefax: (21) 2292-4827
www.aiuba.org.br
curso@aiuba.org.br
- 17 a 19/09 18ª Convenção dos contabilistas do Estado de São Paulo "Brasil 2003: Contabilidade e Compromisso Social"**
Realização: CRCSF
Local: Palácio das Convenções do Anhembi São Paulo/SP
Tel. (11) 3824-5400
convecon@convecon.com.br
- 17 a 19/09 Feira de Produtos e Negócios da 18ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo**
Realização: Alcântara Machado
Local: Palácio das Convenções do Anhembi São Paulo/SP
Tel. (11) 6096-5311
projetos.com1@uol.com.br
- 18 a 21/09 11ª Conferência Latino-Americana de Mobilização de Recursos para o Terceiro Setor**
Realização: Senac São Paulo
Local: Rua Dr. Vila Nova, 228 São Paulo — SP
Tel. (11) 6647-5151
www.sp.senac.br/terceirosetor/conferencia
- 20/09 a 06/12 II Workshop de Captação de Recursos e Marketing Social no Brasil**
Realização: DEARO — Captação de Recursos Marketing Social
Local: Rua Dr. Rodrigo Silva, 26, 15º andar Centro — São Paulo — SP
Tel. (11) 3242-4101
www.dearo.com.br
dearo@dearo.com.br
- 24 e 25/09 Curso sobre Balanço Social Empresarial**
Realização: Parceiros da Vida
Palestrante: Roberto Gonzalez
Local: Rua Almirante Pereira Guimarães, 138, Pacaembu, São Paulo — SP
www.parceirosdavidia.org ou
parceiros@parceirosdavidia.org
- 06 a 17/10 Curso "A arte de falar bem em público"**
Realização: Comunicando com Você
Local: Rua Bela Cintra, 746, q. 121 São Paulo — SP
Tel. (11) 6168-5641
www.comunicandocomvoce.com.br
- 10/10 Avaliação de programas e projetos sociais**
Realização: CEATS - USP
Tel. (11) 3733-1193 e 3735-7986
ceats_cursos@fia.com.br
www.ceats.org.br
- 10/10 Curso: Avaliação de Programas e Projetos Sociais**
Realização: CEATS — Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor da FIA/USP
Local: Rua José Alves da Cunha Lima, 172, Butantã São Paulo — SP
Tels. (11) 3733-11 93 e 3735-7986
www.ceats.org.br
ceats_cursos@fia.com.br
- 23/10 I Jornada Paraense do Terceiro Setor: Aspectos Legais e Sustentabilidade**
Realização: FIDESA
Local: Av. Alcindo Cacela, 784 Bairro do Umarizal - Belém — PA
Tel. (91) 246-9415
fidesa@fidesa.org.br
www.fidesa.org.br
- 28 a 31/10 Seminário Desenvolvendo a Capacidade Avaliativa em Iniciativas Sociais.**
Realização: Fonte - Instituto para o Desenvolvimento Social e Ashoka Empreendedores Sociais.
Tel. (11) 3081-0894
www.fonte.org.br ou seminarios@fonte.org.br
Inscrições até 03/10/2003
- 29/10 IV Conferência Estadual do Conseqs Avaliação dos 10 anos da LOAS**
São Paulo (local a confirmar)
Tels. (11) 221-1548 e 223-1719
conseqs-sp@ig.com.br
- 6 a 9/11 I Fórum Social Brasileiro em BH**
Realização: Comitê Brasileiro do F. S. Mundial
Local: UFMG
Tels. (31) 3224-5056 — BH e (11) 3201-0670 São Paulo — SP
www.forumsocialbrasileiro.org.br
organizacao@fso.org.br
- 03 a 07/12 Feira da Providência**
Riocentro — RJ
Tel. (21) 2544-2769 - ramal 251
www.providencia.org.br
comercial@providencia.org.br

AGENDA/2004

- 16 e 21/01/2004 Fórum Social Mundial**
Local: Mumbai — Índia
Informações no site www.wsfindia.org
Inscrições no link www.wsfindia.org/event2004/
- 10 a 13/02/2004 Expo Fome Zero**
Realização: Franca Feiras e eventos
Local: Expo Center Norte, São Paulo — SP
Tel. (11) 4191-8188
www.expofomezero.com.br ou
expofome@franca.com.br

03 de outubro de 2003

08h00 às 18h15

Gran Meliá Mofarrej

Alameda Santos, 1437 - São Paulo/SP
Salão Andalucia

40 Simpósio

A Contabilidade do Terceiro Setor

Resumo do Programa

Peculiaridades da Contabilidade da Entidade Beneficente de Assistência Social

José Alberto Tozzi

Administrador de empresas (FGV); Contabilista; pós-graduado em Análise de Sistemas e MBA - USP e Sócio da Quality Associados (Consultoria 3º Setor)

A Contabilidade do Hospital Filantrópico

Marconi Micco

Contador Geral Santa Casa de Porto Alegre

A Contabilidade das Operações dos Planos de Saúde das Entidades Filantrópicas

João Luis Romitelli

Economista PUC-Campinas; Contabilista-UNICAMP/SP; Pós-graduado - FGV/SP; Diretor da Teorema Contabilidade; Assessor de operadoras de planos de saúde junto à ANS.

A Contabilização da Educação Filantrópica

Nilton Antonio Tiellet Borges

Bacharel em ciências Contábeis pela UNISINOS / São Leopoldo - Diretor da Tiellet Schmitt Associados - (Consultoria 3º Setor)

As Gratuidades reconhecidas na Contabilidade pelo INSS

Luiz Cláudio Tavares

Chefe de Divisão de Gerenciamento da Isenção Previdenciária.

Aspectos Legais da Gratuidade da Entidade Beneficente de Assistência Social

Jefferson Carlos Carús Guedes

Consultor Jurídico do Ministério da Previdência Social

Os Riscos da Perda da Isenção Fiscal das Filantrópicas

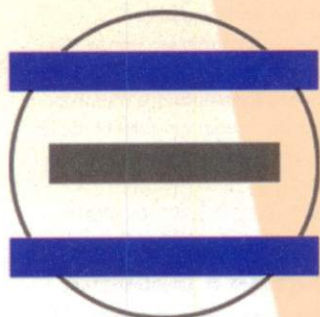
Marcos Biasoli

Advogado especializado em direito do terceiro setor; mestrado - PUC/SP; administrador de empresas - Universidade Mackenzie; pós-graduado em direito empresarial - The European University; Titular da M. Biasoli Advogados; Diretor geral da Revista Filantropia; Coordenador geral do Congresso.

As Peculiaridades da Auditoria Externa da Entidade Beneficente

Guy Almeida Andrade

Presidente do IBRACON; Sócio da Magalhães Andrade S/C Auditores Independentes; Membro do Board (International Federation Office Accountant)



ECONÔMICA

Desenvolvimento Empresarial

Tel. (11) 3161 5286

consultoria@economica.com.br

www.economica.com.br

**Vocação
exclusiva ao
Terceiro Setor**

revista filantropia
Voluntariado & Terceiro Setor

SiGRATS
Solução Integrada
para Gerenciamento
da Atividade Social

Agenda de Eventos

Março

Captação de Recursos

Junho

Direito do Terceiro Setor

Outubro

A Contabilidade do Terceiro Setor

Dezembro

Fórum Nacional de Debates

Por

MARCELO TORRECILLAS

torre@uol.com.br

“Reza braba” para trabalho de parto forçado

Era uma vez um cronista em crise. Ele precisava criar um texto em meia hora para uma revista e o parto da idéia tinha tido todas as complicações que se pudesse imaginar, por exemplo: a criança não tinha virado.

“Mas isso”, pensava o pobre escritor, agarrando-se a uma imagem de *Santa Esperança da Idéia de Última Hora*, “significa que ela ia nascer com o bumbum virado para a lua: vamos falar sobre pessoas e empresários que fazem ‘um montão’ pelo Terceiro Setor, porém, quando chegam em casa, rolam um barraco digno de Ratinho”.

“Linda! A cara do pai!” Na verdade, o pai não tinha sido ele, o que piorava a coisa em muito, afinal ele era só o parteiro, e o cara estava esperando uma notícia... lá na sala dele... desesperado. A essas alturas, as coisas já estavam mais pra Linha Direta que para Você Decide.

Voltando a se concentrar no que estava fazendo, o cronista começa a puxar uma perninha daqui, pensando em como falar para o cara continuar financiando aquele centro de coleta de lixo reciclável para ajudar os catadores de rua, sem dar sermão sobre a exploração dos próprios empregados. Coisa pra Márcia Gold-sei-lá-o-quê.

Metia um fórceps ali, inventando certa personagem fictícia que é voluntário num orfanato, contudo descuida da educação dos próprios filhos – mas aí vai parecer dramalhão mexicano.

Enxuga a testa, mede a pressão, calculando como dizer para aquele cara que destina um milhão em verbas da empresa para a assistência social, que não é para ele ficar bravo quando penduram um pacotinho de balas no seu retrovisor – como fazer isso sem ficar parecendo pegadinha do João Kleber?

Massagem, respiração cachorrinho, empuuuuuuurra! Vai pra Internet, zapeia a televisão, liga o rádio... nada... só tranqueira e infomerciais.

Aquilo o deixa zonzinho, a gastrite começa a ferver, ele se recosta na cadeira, olha para a gaiola pendurada na parede e começa a conversar com Elwyx, o passarinho que mora lá:

– Tô ruim, passarinho!

– Sabe o que você faz? Procure selecionar o que você vê com o mesmo cuidado com que escolhe o que come.

– Ih! Mas eu só como porcaria!

– Bom, então você tem dois problemas.

– Tá... sei...

– Pode parecer bobagem, assim logo de cara, mas os olhos também têm paladar. Quando se mergulha de olho aberto na piscina, a sensação é uma; no mar, é outra completamente diferente. No entanto, isso é só o equivalente à língua, que distingue salgado de doce, azedo etc. A coisa vai além: o que a gente come com os olhos não é digerido no estômago – vai tudo para o cérebro. E essa informação toda, quando chega lá, pode muitas vezes influenciar nossas atitudes.

– Mas tem gente que realmente gosta desses filhotes de Aqui Agora!

– Tem gosto para tudo e é por isso que você precisa selecionar, porque, às vezes, o que é gostoso não faz bem. Cuidado! Ainda não inventaram sal-de-fruta cerebral!

E no meio desse delírio todo, a mágica acontece: nasce uma idéia!

“Valha-me, *Santa Esperança da Idéia de Última Hora*, que a senhora é ‘porreta’ mesmo!”

O escritor tem agora exatamente sete minutos para concluir a crônica. Ele tem uma mensagem importante para passar, já sabe como vai contar a história. O final não é muito conclusivo, fica meio no ar, mas faz um clique legal na cabeça dos leitores. Fim.

Saiba tudo que acontece no Terceiro Setor



A mais importante fonte de informação sobre a prática do bem no Brasil

Uma revista voltada a todos que militam em prol do Terceiro Setor, estreitando a relação entre entidades beneficentes, voluntários, doadores, governo e pessoas carentes.



Tudo que você precisa para administrar seu projeto social de forma equilibrada e economicamente sustentável



Captação de recursos

Dicas de como mobilizar recursos para sua entidade. Como e onde conseguir verbas privadas e públicas, técnicas de controle e relacionamento com doadores.



Gestão do Terceiro Setor

Contabilidade, administração e metodologias aplicadas à gestão de entidades sem fins lucrativos. Controles financeiros, certificação filantrópica e imunidade de impostos.



Projetos sociais

Modelos de gestão que deram certo. Do Oiapoque ao Chuí, exemplos de entidades sociais e ambientais, com histórico, números e conselhos úteis de seus dirigentes.



Leis, tributos e gratuidades

Tudo sobre o direito filantrópico. Leis específicas e suas alterações comentadas por especialistas, controle de gratuidades e um canal direto com o MPAS e o CNAS.



Responsabilidade social

O papel exercido pelo Primeiro e Segundo Setores na composição do cenário social brasileiro. Responsabilidade corporativa e projetos sociais de diversas empresas.



Voluntariado

Dicas, direitos e deveres para um bom voluntariado. Onde, como e porque atuar voluntariamente em algum projeto social ou entidade não-governamental.